



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
GABINETE DO MINISTRO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
GABINETE DO MINISTRO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Brasília, 31/03/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CA – Comissão de Anistia

CGL – Coordenação Geral de Logística

CGTI – Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (Ministério da Justiça)

CGU – Controladoria-Geral da União

CNPI – Comissão Nacional de Política Indigenista

DARM – Divisão de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas (Polícia Federal)

DCOR – Diretoria de Combate ao Crime Organizado (Polícia Federal)

DEOF – Divisão de Execução Orçamentária e Financeira (Ministério da Justiça)

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional (Ministério da Justiça)

DN – Decisão Normativa

DOU – Diário Oficial da União

ED – Elemento de Despesa

FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FUNAI - Fundação Nacional do Índio (Ministério da Justiça)

GM – Gabinete do Ministro

GSI – Gabinete de Segurança Institucional (Presidência da República)

LAB – Laboratórios de Alta Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro

IN – Instrução Normativa

ME – Ministério dos Esportes

MEC – Ministério da Educação

MCid – Ministério das Cidades

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MINC – Ministério da Cultura

MJ – Ministério da Justiça

MS – Ministério da Saúde

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

n.a – Não se aplica à natureza jurídica da UJ

n.o.p. – Não ocorreu no período

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Port. – Portaria

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

RG – Relatório de Gestão

SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SENAD – Secretaria Nacional Anti Drogas (Presidência da República)

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública (Ministério da Justiça)

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria

SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil

SINARM – Sistema Nacional de Armas

SRJ – Secretaria de Reforma do Judiciário (Ministério da Justiça)

TCU – Tribunal de Contas da União

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UJ – Unidade Jurisdicionada

UNESCO – Programa das Nações Unidas para a Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
A- CONTEÚDO GERAL	13
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	13
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	14
a) <i>Responsabilidades institucionais:</i>	14
I. Competência	14
II. Objetivos estratégicos.....	14
b) <i>Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais</i>	16
I. Análise do mapa / plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida	16
II. Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão	17
c) <i>Programas sob a responsabilidade da unidade:</i>	17
I. Relação dos programas e suas principais ações	17
1. Dados Gerais do Programa	17
2. Dados Gerais da Ação.....	18
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	18
a) Principais Resultados:	18
b) Principais Problemas:	18
c) Contratações e Parcerias:	18
d) Transferências:	18
II. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações	18
III. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras	18
1. Dados Gerais do Programa	19
2 - Dados Gerais da Ação	19
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	19
a) Principais Resultados:	20
b) Principais Problemas:	20
c) Contratações e Parcerias:	20
d) Transferências:	20
II. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações	20
III. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras	20
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	21
a) Principais Resultados:	21
b) Principais Problemas:	24
c) Contratações e Parcerias:	24
d) Transferências:	24
1. Dados Gerais do Programa	24
2 - Dados Gerais da Ação	25
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	26
a) Principais Resultados:	26
2- Dados Gerais da Ação	27
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	28
a) Principais Resultados:	28
b) Contratações e Parcerias:	30
2- Dados Gerais da Ação	30
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	31
a) Principais Resultados:	31
2. Dados Gerais da Ação.....	31
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	31
a) Principais Resultados:	31
2- Dados Gerais da Ação	32

3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	33
a) Principais Resultados:	33
b) Principais Problemas:	33
2.- Dados Gerais da Ação	34
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	34
a) Principais Resultados:	34
b) Principais Problemas:	36
c) Contratações e Parcerias:	37
d) Transferências:	37
2. Dados Gerais da Ação.....	37
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	38
a) Principais Resultados:	38
2. Dados Gerais da Ação.....	38
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	39
a) Principais Resultados:	39
b) Principais Problemas:	39
c) Transferências:	39
2- Dados Gerais da Ação	39
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	40
a) Principais Resultados:	40
II. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações	41
III. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras	42
<i>d) Desempenho Operacional.....</i>	<i>43</i>
I. Evolução das receitas e despesas	43
II. Indicadores de desempenho.....	43
III. Análise do desempenho.....	44
<i>e) Programação Orçamentária.....</i>	<i>44</i>
I. Programação de Despesas Correntes	44
II. Programação de Despesas de Capital	45
III. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	45
IV. Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional:.....	46
V. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	46
1. Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa:.....	49
<i>f) Execução Orçamentária</i>	<i>49</i>
I. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	49
1. Despesas por Modalidade de Contratação	49
3. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	50
3. Evolução de Gastos Gerais	52
4. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	53
5. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ: CA	55
II. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	56
1. Despesas por Modalidade de Contratação	56
2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	56
3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	57
4. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação:	57
III. Execução Orçamentária por Programa de Governo	58
1. Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	58
2. Análise Crítica da execução orçamentárias por programa de governo:.....	59
IV. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	59
1. Análise Crítica da Execução Física das ações realizadas pela UJ:.....	60
<i>g) Indicadores Institucionais:</i>	<i>61</i>
3. RECURSOS HUMANOS	65
<i>a) Composição do Quadro de Recursos Humanos</i>	<i>65</i>
I. Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.....	66

b) <i>Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009</i>	67
c) <i>Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos</i>	68
d) <i>Análise Crítica sobre a situação dos recursos humanos</i>	72
5. PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR - EXERCÍCIO DE 2009	75
I. <i>Análise Crítica sobre a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios:</i>	75
6. TRANSFERÊNCIAS	76
I. <i>Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo:</i>	76
11. DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	77
a) <i>Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno</i>	77
b) <i>Relatório de cumprimento das deliberações do TCU</i>	77
12. INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE GESTÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU Nº 55/2007.....	78
a) <i>Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício</i>	78
13. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO SOBRE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA - SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008.	78
14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS, PELOS RESPONSÁVEIS, RELEVANTES PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO.	79
B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	79
1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL	79

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado conforme a Instrução Normativa do TCU nº 57, de 27 de agosto de 2008, a Decisão Normativa do TCU nº 100, de 7 de outubro de 2009, e a Portaria CGU nº 2270, de 4 de novembro de 2009.

Os itens 4, 7, 8, 9 e 10 da letra A e os itens 2, 3, 4 e 5 da letra B e a letra C do anexo II da DN TCU nº 100/2009 **não se aplicam à natureza jurídica da UJ.**

No âmbito das atribuições previstas para o Gabinete, as **principais realizações no exercício de 2009** foram:

Política Indigenista

No ano de 2009, a Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI realizou três Reuniões Ordinárias, três Reuniões Extraordinárias e uma Reunião Extraordinária das Subcomissões sobre o “Estatuto dos Povos Indígenas” encaminhando propostas de emendas ao Congresso Nacional. Foram debatidos temas específicos e alcançados resultados nas áreas de saúde (criação da Secretaria Nacional de Saúde Indígena /Ministério da Saúde); educação escolar indígena (criação dos Territórios Etno-Educacionais/Ministério da Educação); 30 pontos de Cultura Indígena em dez estados brasileiros; assuntos legislativos (Projeto de Lei de criação do Conselho Nacional de Política Indigenista em tramitação no Congresso Nacional) e criação da Subcomissão de Cultura e Comunicação.

Foi também realizado o Seminário de Formação de Direitos Indígenas “Direito Nacional e Internacional”, onde foram estudados os direitos nacionais e internacionais no que tange à Constituição Federal, Convenção nº 169 da OIT, Declaração Universal dos Direitos Indígenas, dentre outros.

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

A partir da sua aprovação pelo Presidente da República, em agosto de 2007, o PRONASCI imediatamente chegou às estruturas dos governos federal, estaduais e municipais. Essa fase, que é chamada de estrutural, criou condições materiais e humanas para a implementação de novo modelo de segurança agregado a um comportamento também diferente das nossas polícias. Além disso, foi uma fase composta por processos de formação, modernização, mas também de correção.

No exercício de 2008 dois fatores dificultaram a execução do Programa, quais sejam: foi um ano eleitoral - o que diminui o tempo para o necessário processamento de recursos e também o fato de ser o primeiro ano de efetiva implementação do PRONASCI. Porém, a partir do final de 2008 e durante todo o ano de 2009, dois fatores foram importantes: o processamento dos recursos recebidos referentes a 2008 e a implementação da filosofia “Territórios de Paz”.

O PRONASCI já foi implementado no Distrito Federal e em 21 estados, com 154 municípios e 04 Consórcios Públicos (com 62 municípios). Nas regiões metropolitanas que registram índices mais elevados de homicídios, o PRONASCI leva o conceito dos “Territórios de Paz” para enfrentar e prevenir a criminalidade e a violência. O “Território de Paz” é um conjunto de ações preventivas e integradas, oferecendo acesso aos serviços públicos e melhorando a qualidade de vida da população. Em 2009 foram instalados Territórios de Paz nas seguintes localidades: São Pedro – Vitória/ES, Benedito Bentes – Maceió/AL, Bom Jesus - Porto Alegre/RS, Tancredo Neves – Salvador/BA, Guajuviras – Canoas/RS e Guamá e Terra Firme – Belém/PA, Fortaleza/CE, Cachoeirinha/RS, Esteio/RS, Sapucaia do Sul/RS, Alvorada/RS, Guaíba/RS, São Leopoldo/RS, Novo Hamburgo/RS.

Comissão de Anistia

No exercício de 2009 a Comissão manteve ações iniciadas nos anos anteriores, tais como as Caravanas da Anistia, as Anistias Culturais, e também deu início a novas demandas, com destaque para as relativas à implementação do Memorial da Anistia Política do Brasil.

Assim, a Comissão de Anistia realizou atividades diversas e também participou de eventos para os quais foi convidada, publicou material que contribuiu significativamente para o debate acerca da justiça de transição e temas que permeiam a reflexão sobre anistia política.

Ademais, foi executado, de forma considerável, o orçamento destinado à Ação 8946 – Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia, internamente em colaboração com a Coordenação-Geral de Logística do Ministério da Justiça e o Gabinete do Ministro, que emite passagens e diárias para a atividade fim e para a atividade proposta na Ação 8946 e, externamente, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio de Acordo de Cooperação Técnica firmado em dezembro de 2008 e, por fim, com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio de Termo de Cooperação Técnica firmado em junho de 2009.

Publicidade

Em parceria com a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), a Assessoria de Comunicação Social do Gabinete desenvolveu duas campanhas: a) Combate ao Tráfico de Pessoas, em virtude do grande número de pessoas traficadas para outros países com finalidades criminosas; e b) Classificação Indicativa das obras exibidas nos cinemas e/ou locadas nas videolocadoras, visando mostrar que a classificação de filmes e outras obras audiovisuais são analisadas por especialistas e serve como um balizador para que os pais saibam qual a programação adequada aos seus filhos.

Acrescenta-se ainda que a Campanha do Registro Federal de Armas de Fogo foi prorrogada pela Presidência da República, o que provocou a realização de algumas ações pontuais de divulgação, uma vez que não havia sido feita a previsão orçamentária para 2009.

Por fim, a nova Lei de Atendimento ao Consumidor também foi objeto de publicidade de utilidade pública, para divulgação e orientação da população.

Nas áreas em que o Gabinete atua diretamente, os **planos e projetos para o exercício de 2010** são:

Política Indigenista

Para o ano de 2010, a CNPI programou, além de cinco Reuniões Ordinárias e uma Extraordinária, dez Seminários Regionais sobre “Empreendimentos que Afetam Terras Indígenas”, que abrangerão todos os povos indígenas dos estados, visando o número e as características de obras ou empreendimentos que impactam nas terras indígenas, para adicioná-las ao banco de dados da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e do Governo. Esses Seminários Regionais têm por objetivo também repassar informações às lideranças e organizações indígenas envolvidas sobre os procedimentos que podem ser adotados e as instituições que podem ser acionadas para resolverem os problemas decorrentes de obras ou empreendimentos levantados.

Comissão de Anistia

A Comissão de Anistia planejou para serem executadas no decorrer de 2010 as seguintes ações:

a) Implementação do Memorial da Anistia Política do Brasil

Com estudos de implementação iniciados em 2007, dotação orçamentária a partir de 2008 e obtenção do prédio para o Ministério da Justiça em 2009, a Comissão de Anistia iniciou o trabalho museográfico e reformas na edificação da futura sede do Memorial da Anistia Política do Brasil, na cidade de Belo Horizonte, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Para 2010, a Comissão de Anistia objetiva construir e adaptar as instalações físicas para o funcionamento da nova instituição, bem como produzir uma exposição de longa duração voltada à preservação da memória da resistência ao governo ditatorial e da repressão por ele empreendida.

b) Realização de Sessões de Julgamento

Em 2007, realizaram-se 110 sessões, sendo apreciados um total de 10.717 requerimentos; em 2008, realizaram-se 123 sessões, com apreciação de 9.276 requerimentos; em 2009, foram realizadas 171 sessões, e apreciados 9.538 requerimentos. A Comissão de Anistia apreciou, até 2009, 54.809 requerimentos com pedidos de anistia política. Diante de tais dados, é possível afirmar que a Comissão de Anistia já cumpriu a meta proposta em 2007, qual seja, a apreciação, até 2010, dos cerca de 55 mil requerimentos.

Entretanto, o protocolo permaneceu aberto durante os últimos três anos e novos requerimentos foram autuados, existindo hoje, na totalidade, 66.000 requerimentos autuados. Portanto, projeta-se para 2010 a continuidade do ritmo de julgamento destes pedidos, com vistas a apreciar os 10 mil processos.

Para tanto, será necessário superar a substituição dos prestadores por servidores, aumentando ainda o quadro que é insuficiente, bem como superar o contingenciamento orçamentário, realizando sessões internas e externas de julgamento.

c) Realização das Caravanas da Anistia

A Comissão pretende realizar aproximadamente dez Caravanas da Anistia no exercício de 2010, em todo Brasil, abrangendo sessões externas de julgamento, programação cultural, exibição de vídeos, apresentação de Sessões de Memória, palestras e seminários, dentre outras atividades.

d) Projetos de divulgação e Cooperação Internacional

Firmada em 2008 com o objetivo de ampliar e difundir medidas de Justiça Transicional hoje em desenvolvimento no Brasil, a Cooperação Internacional da Comissão de Anistia tem por objetivo a ampliação do intercâmbio na área de políticas para tratamento histórico do fenômeno da repressão ditatorial, por intermédio de ações como: fomento a estudos e pesquisas, estruturação de políticas museológicas e produção de atividades para troca de experiências.

PRONASCI

O PRONASCI continuará, no exercício de 2010, com sua mais importante estratégia de ação para 2010, que é a chegada das ações do PRONASCI aos Territórios de Paz. Depois de vencidos todos os obstáculos burocráticos, isso configurará a fase mais importante do Programa: o empoderamento social e o acesso das comunidades às ações do PRONASCI protegidas por um sistema de segurança, agora sob uma nova égide.

Já no início de 2010 foi publicado o Decreto nº 7.981/2010 que amplia os benefícios da Bolsa Formação oferecida pelo Governo Federal no âmbito do PRONASCI, chamados de Bolsa Copa e Bolsa Olímpica. Os benefícios da Bolsa Copa e Bolsa Olímpica são destinados aos policiais civis e militares e bombeiros dos estados que trabalharão na Copa do Mundo de 2014 e aos policiais civis e militares e bombeiros do Estado do Rio de Janeiro e guardas municipais da capital fluminense, sede dos Jogos Olímpicos de 2016. As bolsas foram criadas para estimular a capacitação e estudo das polícias, visando a melhoria na qualificação dos profissionais.

Publicidade

Um tema definido como prioritário para divulgação em 2010 é o Registro Único, um único documento que identificará cada cidadão, diminuindo assim a burocracia de vários documentos e números para uma mesma pessoa.

Em 2010 o Ministério da Justiça retomará a publicidade sobre o tema de combate à pirataria ou falsificação de produtos, desenvolvida em outra ação específica, esclarecendo a população dos malefícios desta prática.

A- Conteúdo Geral**1. Identificação de Relatório de Gestão Individual**

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Gabinete do Ministro			
Denominação abreviada: GM			
Código SIORG: 317	Código LOA: 30101	Código SIAFI: 200001	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: órgão da Administração Direta do Poder Executivo Federal			
Principal Atividade: não se aplica à natureza jurídica da UJ		Código CNAE: não se aplica à natureza jurídica da UJ	
Telefones/Fax de contato:	(61)2025 3022	2025 3113	2025 3974 (fax)
Endereço eletrônico: não há			
Página da Internet: www.mj.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Ed. Sede do Ministério da Justiça, Bloco T, sala 409 - CEP 70064.900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 1.146, de 10 de julho de 2008, publicada no DOU do dia 11 de julho de 2008 (Regimento Interno)			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
não há			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200001	Gabinete do Ministro		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200001		00001	

2. Gestão Orçamentária

a) Responsabilidades institucionais:

I. Competência

O Gabinete do Ministro é um órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Justiça. Além das atribuições estabelecidas regimentalmente, são acometidas ao Gabinete as funções de coordenação da Publicidade de Utilidade Pública, as da Comissão de Anistia e a Secretaria-Executiva do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci.

II. Objetivos estratégicos

Apoio Administrativo

A fim de viabilizar sua missão institucional, o Gabinete do Ministro conta com o Programa 0750 – Apoio Administrativo e a Ação 2000 – Administração da Unidade, para a elaboração da proposta orçamentária, acompanhamento da programação financeira, concessão de suprimento de fundos, emissão de passagens e concessão de diárias para o Ministro, Chefe de Gabinete, Assessores, servidores e colaboradores.

Com relação à área administrativa, esta Unidade Gestora executa os seguintes recursos: PI 101DP (Administração dos Serviços do Gabinete), PI 1104DP (Administração dos Serviços da Comissão de Anistia), PI 110A (Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia) e o PI 3003D (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI).

Foram utilizados recursos nos seguintes elementos de despesa: 3.3.9.0 – 14 – Concessão de diárias, no país e no exterior; 3.3.9.0 – 30 – Material de Consumo (suprimento de fundos); 3.3.9.0 – 33 – Despesas com emissão de passagens aéreas, no país e no exterior; 3.3.9.0 – 36 – Concessão de diárias a colaborador eventual; 3.3.9.0 – 39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (suprimento de fundos); 3.3.9.0 - 93 – Indenizações e Restituições. Com relação ao ED 3.3.8.0-39 – Outros Serviços de Terceiros (Pessoas Jurídicas), foi utilizado no Acordo de Cooperação Técnica nº 1 entre a UNESCO e o Ministério da Justiça, assinado em 22 de dezembro de 2008.

Política Indigenista

A Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI marca a nova forma de fazer política *com os índios* e não mais *para os índios*. Um dos seus principais objetivos é a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista. Nesse sentido, tramita um Projeto de Lei no Congresso Nacional, que já foi aprovado por unanimidade em duas Comissões, restando mais duas para ser votado.

Publicidade de Utilidade Pública

O Gabinete do Ministro planeja, coordena e desenvolve a política de comunicação social do Ministério, em consonância com as diretrizes de comunicação da Presidência da República, por meio da Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública, no âmbito do Programa 0698 - Gestão de Políticas Públicas. Embora a Ação 4641 esteja alocada no Gabinete, sua execução encontra-se sob responsabilidade da UG 200005 (CGL - Coordenação Geral de Logística), à qual é repassado o valor integral dos recursos, através de COMUNICA (SIAFI).

Comissão de Anistia

As atribuições da Comissão de Anistia, vinculada diretamente ao Gabinete e criada para apreciar os requerimentos de anistia de perseguidos políticos pelo Estado entre 1946 e 1988, foram estendidas em 2008, com a Portaria MJ nº 858, para também promover atividades de divulgação do trabalho e preservação do Acervo da Comissão junto à sociedade.

Essas atividades compreendem eventos e publicações que contribuem para a reflexão sobre os períodos de exceção e, conseqüentemente, estimulam o fortalecimento da democracia, estando previstas na Ação 8946 - Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia no âmbito do Programa 0698.

Tanto para o cumprimento das responsabilidades institucionais da Comissão, como para as previstas na Ação 8946, o Gabinete do Ministro executa somente passagens e diárias dos servidores, colaboradores e conselheiros da Comissão de Anistia. Os recursos dessa Ação, que são utilizados para outros elementos de despesas, são executados pela UG 200005 - Coordenação Geral de Logística (CGL).

PRONASCI

Com a tarefa de enfrentar e buscar soluções para as demandas de segurança pública, juntamente com Estados e Municípios, o Presidente da República sancionou a Lei 11.530, no dia 24/10/2007, instituindo o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci (Programa 1453), alterada posteriormente pela Lei 11.707, de 19/06/2008.

A Portaria MJ 1.576, de 21 de setembro de 2007 dispõe sobre o Comitê Gestor do PRONASCI, composto por uma Secretaria-Executiva do Programa, ocupada até fevereiro de 2010, pelo então Chefe

de Gabinete do Ministro, tendo em vista as alterações ocorridas em razão do Decreto nº 7.115, de 19 de fevereiro de 2010.

Objetiva-se, especificamente, com sua implementação, enfrentar a criminalidade e a violência nas raízes sociais e culturais, bem como reduzir, de forma significativa, os altos índices de criminalidade em territórios de descoesão social, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social.

As ações do Pronasci são executadas pelas diferentes unidades do Ministério e em parceria com outros órgãos. O Gabinete do Ministro, por sua vez, executa somente a Ação Orçamentária 8854 (Gestão e Comunicação do Pronasci).

Os recursos destinaram-se a passagens e diárias dos servidores e colaboradores do Programa e a eventos. Os recursos utilizados para outros elementos de despesas são executados pela UG 200005 - Coordenação Geral de Logística (CGL).

No exercício também foram transferidos recursos para a **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO**, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 21 de dezembro de 2008.

b) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

I. Análise do mapa / plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

Não existe um plano estratégico específico para a unidade. Entretanto, a Comissão de Anistia realiza um planejamento de suas atividades no início do exercício.

Como no Gabinete foram executadas somente partes das ações do Pronasci, o planejamento estratégico deve estar detalhado nas unidades que executam suas ações na integralidade.

Em todas as campanhas **de publicidade de utilidade pública** desenvolvidas pelo Ministério da Justiça, para que os objetivos de comunicação fossem atingidos, além das mídias de massa tradicionais (TV, rádio, jornal), fez-se necessário também a adoção de estratégias de comunicação dirigida, como produção e divulgação de material gráfico, veiculação de anúncio em traseiras de ônibus e paradas de ônibus, divulgação de mensagens direcionadas em carros de som, ações na internet, mobiliários urbanos e material gráfico.

Uma vez que a rubrica orçamentária do Ministério da Justiça não é suficiente para atender a todas as necessidades de divulgação, é necessário otimizar recursos com ações focadas e em períodos

próximos à execução dos eventos, utilizando mídias direcionadas e regionalizadas. A opção por inserções eletrônicas em sites e portais de Internet visa ampliar o público atingido pelas campanhas.

O conteúdo das mensagens também recebe atenção especial, levando em conta os contextos político, econômico e social que envolvem cada ação. No caso do lançamento do Território de Paz, do Pronasci, por tratar-se de atividades de segurança pública e de prevenção à violência, direcionadas à população dos municípios mais violentos do País, houve a preocupação de não se transferir a responsabilidade constitucional dos estados pela segurança pública para a União e municípios. O foco do discurso, nesse aspecto, foi de que a União tem condições de apoiar os estados e municípios, mas sem substituí-los em nenhum momento.

II. Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

A Comissão de Anistia ampliou, desde 2007 suas funções que, inicialmente era apreciar os requerimentos de anistia referentes a perseguidos políticos pelo Estado entre 1946 e 1988. Consolidou, por meio da Portaria MJ nº 858 de 13 de maio de 2008, a promoção de atividades de divulgação dos trabalhos e preservação do acervo da Comissão junto à sociedade. Aumentou o número de conselheiros e, conseqüentemente, criou mais duas turmas de julgamento e aumentou número de sessões plenárias extraordinárias. Por outro lado, buscou estar representada em diversos eventos em sua área de atuação, visando divulgar suas atividades. Deu continuidade às Caravanas da Anistia e Anistia Cultural. Buscou também a cooperação internacional, visando a troca de experiências e documentos.

À política indigenista foi dado ênfase a se fazer política “com os índios” e não “para os índios”.

Foi dado seguimento à implementação dos Territórios da Paz do PRONASCI, tendo sido assinados Termos de Cooperação com estados e municípios, para sua viabilização.

c) Programas sob a responsabilidade da unidade:

I. Relação dos programas e suas principais ações

1. Dados Gerais do Programa

1. Programa 0750 – Apoio Administrativo

<i>Tipo de programa</i>	Programas de Apoio às Políticas Públicas e áreas específicas.
<i>Objetivo geral</i>	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

<i>Objetivos Específicos</i>	Não se aplica
<i>Gerente do programa</i>	Não se aplica
<i>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</i>	Não se aplica
<i>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</i>	Não se aplica
<i>Público-alvo (beneficiários)</i>	Governo

2. Dados Gerais da Ação

Ação 2000 - Administração da Unidade

<i>Tipo da Ação</i>	Atividade
<i>Finalidade</i>	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
<i>Descrição</i>	Constitui-se na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderam ser apropriadas em ações finalísticas, que compreendem: serviços administrativos, pessoal ativo, manutenção e uso da frota veicular própria ou de terceiros, manutenção e conservação de imóveis, tecnologia da informação, sistemas de informações gerenciais, estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas, despesas com viagens e locomoção, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio.
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	Secretaria Executiva
<i>Coordenador nacional da ação</i>	Não se aplica
<i>Unidades executoras</i>	Não se aplica

3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

b) Principais Problemas:

c) Contratações e Parcerias:

d) Transferências:

II. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações

III. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

1. Dados Gerais do Programa

2. Programa 0698 – Gestão e Apoio Institucional na Área de Justiça

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e áreas especiais
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de justiça.
Objetivos Específicos	Democratizar e aperfeiçoar o acesso à justiça e à cidadania (objetivo setorial do SIGPLAN).
Gerente do programa	Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Paulo Francisco de Britto Garcia
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Programas do tipo “Gestão de Políticas Públicas”, gerenciados pelo Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento, cuja metodologia do PPA dispensa informações tais como indicadores e problemas.
Público-alvo (beneficiários)	Governo

No âmbito do Programa 0698, que está sob responsabilidade da Secretaria Executiva deste Ministério, cabe ao Gabinete do Ministro apenas a execução de duas Ações: Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública e Ação 8946 – Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia.

2 - Dados Gerais da Ação

2.1 Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro
Coordenador nacional da ação	<u>Maria Cecília de Moura Ferreira</u>
Unidades executoras	200005 – Coordenação Geral de Logística

3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

Em parceria com a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), a Assessoria de Comunicação Social do Gabinete desenvolveu duas campanhas: 1) Combate ao Tráfico de Pessoas, em virtude do grande número de pessoas traficadas para outros países com finalidades criminosas; e 2) Classificação Indicativa das obras exibidas nos cinemas e/ou locadas nas videolocadoras, visando mostrar que a classificação de filmes e outras obras audiovisuais são analisadas por especialistas e serve como um balizador para que os pais saibam qual a programação adequada aos seus filhos.

Acrescenta-se ainda que a Campanha do Registro Federal de Armas de Fogo foi prorrogada pela Presidência da República, o que provocou a realização de algumas ações pontuais de divulgação, uma vez que não havia sido feita a previsão orçamentária para 2009.

Por fim, a nova Lei de Atendimento ao Consumidor também foi objeto de publicidade de utilidade pública, para divulgação e orientação da população.

b) Principais Problemas:

c) Contratações e Parcerias:

d) Transferências:

II. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações

III. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

2.2. Ação 8946– Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia

<i>Tipo da Ação</i>	Atividade
<i>Finalidade</i>	Resgatar, preservar e divulgar a memória da anistia no Brasil.
<i>Descrição</i>	Promoção de seminários e eventos; cooperação para o intercâmbio internacional com vistas ao desenvolvimento e a ampliação das políticas de Justiça de Transição; produção e impressão de revistas, livros, materiais didáticos e de divulgação; realização de premiações acadêmicas; concepção e implantação de Centro de Documentação e Pesquisa; aquisição de equipamentos e mobiliário; adaptação ao uso e reforma de imóveis para funcionamento de Memorial; manutenção do Memorial; montagem e curadoria de exposições de longa e curta duração; criação e manutenção de portal na Internet, com desenvolvimento de software e banco de dados; organização e digitalização de arquivos e acervo; realização de estudos técnicos e

	mapeamento do processo de anistia no Brasil.
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	Comissão de Anistia
<i>Coordenador nacional da ação</i>	Paulo Abrão Pires Junior
<i>Unidades executoras</i>	Gabinete do Ministro e Coordenação Geral de Logística

3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

Dentro de seu planejamento, no âmbito administrativo, a Comissão de Anistia, em 2009, nomeou sete novos Conselheiros e, com isso, foi possível criar as sétima e oitava Turmas de Julgamento às terças-feiras, bem como agendar algumas sessões plenárias extraordinárias às sextas-feiras.

Em representação à Comissão de Anistia, houve participação da presidência ou vice-presidência nas seguintes atividades: *Sessão Solene em homenagem aos 30 anos da Lei de Anistia e Audiência Pública - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153, II Pacto Republicano de Estado*, todas a convite da Câmara dos Deputados; *Outorga dos Troféus Dom Quixote de La Mancha e Sancho Pança*, a convite do Supremo Tribunal Federal; *Exposição: O Progressivo Caminhar da Democracia no Brasil*, a convite do Tribunal Superior Eleitoral; *"30 anos de Anistia: de Honestino Guimarães a Cesare Battisti"*, a convite da Universidade de Brasília; *Sessão Solene em Homenagem à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça*, a convite da Assembléia Legislativa do Ceará; *Oficina sobre os 30 anos de anistia*, a convite da Fundação Perseu Abramo e *Conferência Internacional sobre o Direito à Verdade*, a convite da Universidade de São Paulo.

Para executar a Ação 8946 (Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia), foram estabelecidas novas parcerias e mantidas as anteriormente ratificadas, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a União Nacional dos Estudantes, os Grupos Tortura Nunca Mais do Paraná e da Bahia, o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs, a Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o Governo do Estado de São Paulo, a Pinacoteca do Estado de São Paulo, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS), a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira dos Anistiados Políticos, a Universidade de Brasília (UnB), a Secretaria Nacional de Juventude, o Ministério da Educação, a Universidade Pablo de Olavide (Espanha), o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, o Tribunal Penal Internacional de Haia, o Centro para o Direito Internacional e a Justiça (CEJIL), as Comissões de Reparação e Verdade da América Latina (Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, El Salvador, Colômbia, Guatemala e Peru), o *International Center for Transitional Justice* dos Estados Unidos, a Casa Civil da Presidência da República, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Comissão de Direitos Humanos

e Minorias da Câmara dos Deputados, a Agência Carta Maior, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a Universidade Federal do Estado de São Paulo, o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, a Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia (PA), o Governo do Estado do Pará, a Universidade Federal de Uberlândia, a Prefeitura e a Câmara Municipal do Recife, o Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores, dentre outros.

Assim, foi possível à Comissão de Anistia dar continuidade à devida reparação àqueles que foram vitimados pelo autoritarismo e também divulgar a memória política brasileira, prevenindo a repetição de regimes de exceção, por meio das atividades abaixo descritas:

- a) *Caravanas da Anistia*, de caráter pedagógico, por aproximar o debate sobre a anistia e a democracia do público jovem, que tem a oportunidade de assistir às sessões reais de julgamento da Comissão nas localidades onde ocorreram as perseguições políticas. Em 2009 as Caravanas passaram pelos Estados do Pará, Santa Catarina, Pernambuco, Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.
- b) *Anistias Culturais* que, por meio dos temas: Decreto 477, Literatura e Memória, 30 Anos de Luta pela Anistia e Homenagem às Mulheres, trabalhou o período da repressão, num viés da educação, cultura e a necessidade da democracia e a importância da reparação e memória.
- c) *II Encontro sobre Estratégias de Divulgação e Preservação da Memória*, a fim de traçar estratégias e formular planejamento para as ações do ano de 2009.
- d) Reuniões dos projetos *Marcas da Memória*, *Caminhos da Memória* e *Pontos de Memória Política* e reuniões do *Comitê Executivo do Memorial da Anistia*.
- e) *Audiência Pública de Apresentação do Projeto de Implementação do Memorial da Anistia Política do Brasil*, em 04 de julho de 2009, na cidade de Belo Horizonte.
- f) Publicação da segunda edição do *Caderno Liberdades Democráticas*, uma parceria com a Secretaria Nacional de Juventude.
- g) Publicação do *Calendário comemorativo dos 30 Anos da Lei de Anistia*.
- h) Publicação e lançamento da *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, que passa a ter edições semestrais com textos de especialistas sobre questões relacionadas à justiça de transição.

- i) Realização de *Sessões de Memória*, com homenagens a Dom Helder, Miguel Arraes, Paulo Freire, Dom Estevão, ex-perseguidos políticos de Pelotas, de Santa Catarina, do Ceará, dentre outros.
- j) Firmado *Termo de Cooperação Técnica entre a UFMG e Ministério da Justiça*, por meio da Comissão de Anistia, objetivando a implantação da sede do Memorial da Anistia Política do Brasil.
- k) *Reuniões sucessivas e contínuas* com vistas à execução da cooperação entre a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e a UFMG, a fim de concretizar a construção e implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil.
- l) Participação na instalação do *Tribunal Internacional de Justiça Restaurativa*, em El Salvador, de 25 a 27 de março, quando foi discutida a responsabilização dos agentes do Estado que agiram fora da legalidade dentro do regime de exceção pelo qual passou aquele país na década de 1980.
- m) Realização do *Seminário Luso-Brasileiro sobre Repressão e Memória Política*, em parceria com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, com objetivo de estabelecer uma interlocução aprofundada entre as iniciativas de preservação da memória política dos dois países, com participação de Boaventura de Sousa Santos.
- n) Assinatura de termos de cooperação internacional entre o Ministério da Justiça e instituições responsáveis de *Portugal* e da *Espanha*, que permitirão a troca de documentos do período de repressão e o intercâmbio de experiências na documentação e divulgação das informações.
- o) Realização do *I Curso Essencial de Justiça de Transição*, dos dias 29 de outubro a 1º de novembro de 2009, no Rio de Janeiro, com participação de representantes de 13 países.
- p) Realização da *Oficina “O resgate da memória política nas aulas de Direito como estratégia para a formação cidadã e o fortalecimento da democracia – A Justiça de Transição e a discussão da Lei de Anistia no Brasil”* no dia 17 de abril de 2009, no âmbito do Congresso da Associação Brasileira do Ensino do Direito (ABEDi) na cidade do Rio de Janeiro.
- q) *Ato Comemorativo aos 30 Anos da Luta pela Anistia no Brasil*, realizado no Rio de Janeiro, em 22 de agosto de 2009.
- r) Lançamento de *selo comemorativo aos 30 Anos de Luta pela Anistia no Brasil*, no dia 22 de agosto de 2009.
- s) *Seminário sobre Sistema de Reparação*, realizado no Ministério da Justiça em 28 de setembro de 2009.

t) *Exposição fotográfica* lançada pelo Ministério da Justiça, com fotos sobre a *Greve de Fome de 1979* - ato que culminou com a assinatura da Lei de Anistia. A abertura aconteceu no dia 16 de novembro de 2009, durante a 10ª edição da Anistia Cultural.

b) Principais Problemas:

Não ocorreram problemas de relevância no período

c) Contratações e Parcerias:

A Comissão de Anistia, em 2009, manteve o Acordo de Cooperação Técnica BRA 08/021, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, por meio da Agência Brasileira de Cooperação, firmado em 2008 com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e assinou, em 2009, Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o objetivo de implementar o Memorial da Anistia Política do Brasil.

d) Transferências:

No âmbito da Comissão de Anistia, em 2009, foram transferidos R\$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais) em custeio para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica Internacional assinado com o Ministério da Justiça, no mês de dezembro. Estão previstos repasses de verbas para 2010, de acordo com o andamento da execução do projeto “Cooperação para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transnacional no Brasil” (BRA/02/021), no âmbito da Ação 8946 – Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia, do Programa 698 – Gestão de Políticas Públicas.

Por sua vez, no Termo de Cooperação nº 01/2009, assinado com a UFMG, foi destacado o montante de R\$ 330.774,00 (trezentos e trinta mil, setecentos e setenta e quatro reais), em investimentos, mais R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) em custeio, totalizando, assim, para a UFMG, destaques na ordem de R\$ 396.774,00 (trezentos e noventa e seis mil e setecentos e setenta e quatro reais).

1. Dados Gerais do Programa

3. Programa 1453 – Programa PRONASCI

<i>Tipo de programa</i>	Apoio às Políticas Públicas e áreas específicas em segurança pública.
<i>Objetivo geral</i>	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.

Objetivos Específicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. melhorar o sistema de segurança pública e prisional, bem como a valorização dos seus profissionais; 2. ressocializar as pessoas com penas restritivas de liberdade e egressos por meio da implementação de projetos educativos e profissionalizantes; 3. garantir acesso aos adolescentes e jovens em situação e vulnerabilidade às políticas sociais governamentais em territórios de descoesão social; 4. garantir o acesso à justiça para a população dos territórios de descoesão social; 5. intensificar e ampliar as medidas de enfrentamento ao crime organizado e à corrupção policial; 6. garantir, por meio de medidas de urbanização, a recuperação de equipamentos públicos, criando "espaços públicos seguros".
Gerente do programa	Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Gabinete do Ministro
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de homicídios nos territórios de descoesão social. Obs: os indicadores estão em construção.
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI foi criado pelo Governo Federal como uma proposta inovadora para a segurança pública no Brasil, objetivando diminuir o índice de homicídio das regiões metropolitanas brasileiras. O Programa articula políticas de segurança com ações de prevenção, buscando atingir as causas que induzem à violência, que em sua maioria encontram-se nas questões sociais. O Programa apresenta ações nas áreas de: Apoio à Implementação de Políticas Sociais e de Segurança Cidadã; Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública; Construção e Modernização de Estabelecimentos Penais; Valorização dos Profissionais e Operadores de Segurança Pública, dentre outras.

Como as Ações não foram executadas diretamente pelo GM, as informações detalhadas encontram-se nos Relatórios de Gestão de cada unidade executora. Ocorreu que - conforme informado no Relatório de Gestão do GM exercício de 2008 - devido à inovação em Segurança Pública pretendida pelo Pronasci, a Secretaria Executiva do Programa foi exercida pelo Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça.

2 - Dados Gerais da Ação

3.1 - Ação 8375 - Campanha do Desarmamento

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção,

	acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gabinete do Ministro
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	Secretaria Nacional de Segurança Pública

3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

O PRONASCI realiza Campanhas Nacionais de Desarmamento, com publicação de material informativo sobre o assunto. Proprietários de armas de fogo são incentivados a entregá-las à Polícia Federal, mediante o pagamento de indenização. A medida tem como base o artigo 31 da Lei 10.826/03, que determina que “os possuidores e proprietários de armas de fogo adquiridas regularmente poderão, a qualquer tempo, entregá-las à Polícia Federal, mediante recibo e indenização, nos termos do regulamento desta Lei”. Além disso, o cidadão que possui uma arma sem registro em casa pode optar pela sua regularização ou pode efetuar a entrega nas unidades da Polícia Federal em todo País.

Em 2009 foram destinados R\$ 4 milhões para esta Ação.

Acrescenta-se ainda o aperfeiçoamento do sistema desenvolvido pela Polícia Federal em 2008, para emissão de registro provisório:

Foi assinado acordo de cooperação para execução da Campanha de Regularização de Registro de Armas de Fogo com os Correios (atendimento direto nas agências) e a Associação Nacional das Indústrias de Armas e Munições (ANIAM), além de acordos para a Campanha de Regularização e Desarmamento com os Estados do Acre, Amapá, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso,

Mato Grosso do Sul, São Paulo e Tocantins. Os demais Estados também foram convidados a participar. Outros acordos foram entabulados, como o das Superintendências Regionais com Municípios, contando também com a interveniência da SENASP/MJ (como o Município de São Paulo).

No intuito de harmonizar e unificar os procedimentos com relação ao controle de armas e à execução da Campanha de Regularização e de Desarmamento, a Polícia Federal realizou, de 16/11/09 a 18/12/2009, visita a municípios em todos os Estados brasileiros para atendimento à população - a chamada Campanha de Interiorização – SINARM Itinerante. A medida vem aumentando a quantidade de armas regularizadas e entregues pela população e a mobilização popular para o tema, com a participação de ONGs, Prefeituras, Igrejas e veículos customizados.

A CGTI do MJ, junto com a DARM/DCOR, da Polícia Federal, estão elaborando documentos para o desenvolvimento do novo sistema SINARM, que controla as armas de fogo em circulação no País. O novo sistema vai aperfeiçoar e tornar mais confiável o controle da propriedade, posse, porte, apreensões e comerciantes, psicólogos, instrutores de tiro e armeiros credenciados.

A Polícia Federal conseguiu, junto à Rede Globo, a veiculação de chamadas para a necessidade de regularização de registros a partir de 01/12/09. Também estava finalizando, com a Rádio Câmara, a inclusão de *spots* de rádio sobre o tema. Fora isso, foram criados e divulgados vários cartazes tratando da campanha de regularização e desarmamento, visando à mobilização da população para o problema das armas no País.

Informações complementares acerca da Ação 8375 – Campanha do Desarmamento estarão consignadas no Relatório de Gestão da SENASP/MJ.

2- Dados Gerais da Ação

3.2 - Ação 8853 - Apoio à Implementação de Políticas Sociais

<i>Tipo da Ação</i>	Atividade
<i>Finalidade</i>	Garantir o acesso dos moradores de territórios de descoesão social, especialmente os adolescentes e jovens em situação de risco social ou em conflito com a lei, às políticas sociais do Governo.
<i>Descrição</i>	Estabelecimento da articulação entre os entes da Federação e entidades da sociedade civil de forma a apoiar a implementação de projetos de formação cidadã do PRONASCI e garantir recursos para a execução das diversas iniciativas, dentre elas implantação de centros de referência especial em assistência social e de centros de referência e assistência social (MDS); implantação de centros de atendimento psicossocial (MS); construção e recuperação de equipamentos e espaços urbanos (MCid); recuperação e construção de equipamentos públicos desportivos; construção e equipagem de unidades do sistema nacional de atendimento sócio-educativa;

	implementação de cursos de formação de crianças e adolescente para prevenção à violência (PROERD); alfabetização de apenados mediante a concessão de bolsa para alfabetizadores e aquisição de material didático (Brasil Alfabetizado); implementação de cursos preparatórios para o ENEM e ao oferecimento do PROEJA nos estabelecimentos penais; concessão de bolsa para professores e formação dos professores; atividades de assistência integral cidadã; diagnóstico e implementação de projetos de economia solidária para o apenado e sua família, bem como para famílias caracterizadas em situação de desconstrução familiar; iniciativas "pintando a cidadania" e "pintando a liberdade"; apoio à qualificação profissional do apenado. Parcerias com o PROJOVEM e o Escola de Fábrica. Projetos de promoção da Cultura, tais como: "Cultura Viva", "Pontos de Cultura" e "Pontos de Leitura"; construção de parques infantis e a museus de memória; implantação de telecentros para inclusão digital. Implementação de iniciativas de promoção do esporte e do lazer (MEsp), Programa Segundo Tempo, Modernização de Bibliotecas Públicas, Programa Saúde na Família Programa de Atendimento ao Cidadão - Viva Voz.
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	Secretaria Executiva do PRONASCI
<i>Coordenador nacional da ação</i>	Jorge Luiz Quadros
<i>Unidades executoras</i>	GM/MJ – SRJ/MJ – DEPEN/MJ – ME – MINC – MCT – MTE - GSI e SENAD (Presidência da República) - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (Presidência da República)

3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

Ministério do Esporte - Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)

Implantado e gerenciado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), do Ministério do Esporte, o programa visa suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às demandas da população por esporte e lazer.

Ministério do Esporte - Praça da Juventude

É um espaço que oferecerá infra-estrutura para desenvolver atividades de vários programas, como aparelhos esportivos para o Esporte e Lazer na Cidade e equipamentos de informática que serão usados para atender os participantes dos Telecentros de Inclusão Digital. Um dos objetivos é dar acesso e incentivar a atividade física, independentemente de classe social, gênero e faixa etária. Serão vários módulos, instalados em locais de vulnerabilidade social, para atender de forma específica cada cidadão.

Ministério da Ciência e Tecnologia – Telecentros de Inclusão Digital

Serão abertos núcleos de inclusão digital para a oferta de cursos e treinamentos presenciais e à distância, informações e serviços nas áreas selecionadas pelo PRONASCI para os jovens atendidos pelo Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável - PROTEJO.

Ministério do Trabalho e Emprego - Economia Solidária

Elaboração do diagnóstico e apoio à implementação de projetos de economia solidária para famílias nas regiões do PRONASCI, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário. As metas apresentadas são: implantação de Bancos Comunitários, oficinas de produção dentro das prisões para desenvolver atividade econômica local e Apoio à Implementação de Projetos Econômicos Solidários.

Ministério da Saúde - Estratégia Saúde da Família

A expansão e a qualificação da atenção básica à saúde, organizadas pela estratégia Saúde da Família, compõem parte do conjunto de prioridades políticas apresentadas pelo Ministério da Saúde e aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde. Os princípios fundamentais dessa política são: integralidade, qualidade, equidade e participação social. Os profissionais de saúde estabelecem vínculo com a população, possibilitando o compromisso e a co-responsabilidade com os usuários e a comunidade.

Ministério da Cultura - Atividades Culturais

Em parceria com o Ministério da Cultura, o PRONASCI incentiva a disseminação de atividades culturais nas comunidades atendidas pelo Programa:

- 1) O projeto Bibliotecas revitalizará as bibliotecas municipais e construirá novas unidades em locais desatendidos, com acervo modernizado e equipados com aparelhos digitais e audiovisuais;
- 2) Pontos de Leitura são espaços que poderão ser instalados em bibliotecas municipais, escolas ou em outros locais de convívio da população local;
- 3) Pontos de Cultura são espaços onde os jovens serão incentivados a desenvolver atividades como música, teatro e dança. Eles também poderão funcionar nas escolas ou em centros comunitários;
- 4) O Projeto Pontos de Memória/Museu Comunitário instalará museus para a construção da história das comunidades. Os museus comunitários são ferramentas relevantes para o desenvolvimento da manifestação das identidades, além da formação de percepção crítica e reflexiva da realidade por parte dos moradores.

SEPPIR - Ações sociais voltados ao público jovem e negro

O projeto, promovido pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do PRONASCI, quer articular ações sociais para a prevenção da violência entre a juventude negra, especialmente nas 84 cidades que integram as regiões metropolitanas de 13 estados considerados críticos.

b) Contratações e Parcerias:

Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério dos Esportes.

Informações complementares acerca da Ação 8853 – Apoio à Implementação de Políticas Sociais estarão consignadas no Relatório de Gestão da SRJ/MJ e DEPEN/MJ.

2- Dados Gerais da Ação

3.3 - Ação 8854 - Gestão e Comunicação do Pronasci

<i>Tipo da Ação</i>	Orçamentária
<i>Finalidade</i>	Garantir a implementação do PRONASCI com unidades de gestão descentralizadas e plano de comunicação. Informar, orientar e avisar a população a respeito das iniciativas do Programa. Agregar as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
<i>Descrição</i>	Criação de unidade gestora nos estados e municípios para disponibilizar todos os recursos necessários (financeiros, materiais, técnicos, etc). Criação de mecanismos de participação dos Estados e Municípios para a efetivação de compromissos firmados. Fomento à infra-estrutura e logística necessárias à implementação do PRONASCI junto a Estados e Municípios. Mobilização dos mecanismos de comunicação e de informação, elaboração da metodologia de incentivo à participação social e divulgação do Programa. Criação do sistema de monitoramento e avaliação do PRONASCI, além do sistema de comunicação do programa (sitio, identidade visual, filmes institucionais e campanhas publicitárias, material gráfico, programas de rádio, material de mobilização social etc.). Diagnóstico, sistematização, análise e publicação de dados, coletados em campanhas de cidadania. Coordenação e supervisão das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações. Pagamento de diárias e passagens e demais atividades meio necessárias à execução do Programa.
<i>Unidade responsável pelas decisões</i>	Gabinete do Ministro

<i>estratégicas</i>	
<i>Coordenador nacional da ação</i>	Ludmila Bezerra Luz
<i>Unidades executoras</i>	GM – SENASP/MJ

3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

A atuação do GM foi a de suporte especialmente na emissão de passagens e concessão de diárias. Os demais procedimentos necessários à divulgação do PRONASCI foram da competência da unidade executora (SENASP) e estarão detalhados no respectivo Relatório de Gestão daquela Secretaria.

2. Dados Gerais da Ação

3.4 - Ação 8855 - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública

<i>Tipo da Ação</i>	Atividade
<i>Finalidade</i>	Apoiar a modernização das instituições de segurança pública para garantir uma atuação do Estado a fim de restabelecer a convivência pacífica nos territórios de descoesão social.
<i>Descrição</i>	Apoio à implementação de processos de modernização da gestão policial; adequação da infra-estrutura física das unidades de segurança pública, inclusive de imóvel capaz de se constituir em sede da Força Nacional de Segurança Pública; apoio à aquisição de equipamentos de segurança para as unidades de segurança pública (viaturas e demais materiais necessários para a atividade de policiamento); apoio à construção de canis para cães farejadores; apoio à estruturação das ouvidorias e das corregedorias de polícia; instalação de laboratórios de tecnologia contra lavagem de dinheiro nos estados. Desenvolvimento de projeto para controle de rodovias pela Polícia Rodoviária Federal. Implementação de uma nova matriz de policiamento para padronizar o tempo de atendimento a qualquer tipo de ocorrência policial nas rodovias federais. Contratação de empresas especializadas, institutos, universidades, ONG's, OCIP's e organismos internacionais para identificar tipologias na prevenção e controle de ilícitos contra a administração pública.
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	Gabinete do Ministro
<i>Coordenador nacional da ação</i>	Jorge Luiz Quadros
<i>Unidades executoras</i>	SENASP/MJ

3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

Armamento não-letal – Atendendo às determinações da Organização das Nações Unidas, o Governo Federal, com recursos do PRONASCI, passou a investir na aquisição de armas especiais visando à redução da letalidade nas ações policiais.

Pronasci Fronteiras – Em julho de 2009, o PRONASCI estendeu sua abrangência à região de fronteira do Brasil, que sofre com crimes como roubo de gado, contrabando, pirataria, tráfico de armas e drogas. O Pronasci Fronteiras apóia os estados por meio de ações preventivas e repressivas e da atuação integrada entre a força policial do estado e as polícias Federal e Rodoviária Federal.

Idealizado pelo Ministério da Justiça, a *1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (1ª Conseg)* foi um marco histórico na área de segurança pública. Pela primeira vez, todos os segmentos sociais e do Poder Público discutiram juntos a criação de uma política de Estado, e não mais de governo. A sociedade civil participou com 40% das vagas, o Poder Público com 30% e os trabalhadores da área com 30% - proporção garantida em todas as etapas da Conferência. Foram promovidas 27 etapas estaduais eletivas, 126 municipais eletivas, 140 municipais preparatórias e 1.140 conferências livres em 514 cidades, além de outras iniciativas de participação e mobilização, como seminários temáticos, cursos de capacitação e projetos especiais envolvendo, prioritariamente, mulheres, jovens, estudantes e população encarcerada.

Outra importante ferramenta para o enfrentamento ao crime organizado são os *Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD)*. A atividade é realizada por meio de um conjunto de equipamentos e programas de última geração que, a partir de cruzamento de informações obtidas por investigações e dados fornecidos por fontes parceiras (como polícias, instituições financeiras e ministérios públicos), possibilita a geração de conhecimento em tempo recorde para a identificação de organizações criminosas.

Atualmente 12 laboratórios já tiveram sua primeira fase implantada em sete estados. Entre eles, o primeiro *LAB-Regional*, fruto de acordo firmado com os Ministérios Públicos de cinco estados do Nordeste (Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte). A meta é levar a iniciativa a todo País.

Informações complementares acerca da 8855 - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública estarão consignadas no Relatório de Gestão da SENASP/MJ.

2- Dados Gerais da Ação

3.5 - Ação 8856 - Modernização de Estabelecimentos Penais

<i>Tipo da Ação</i>	Atividade
<i>Finalidade</i>	Implementar ações de modernização do sistema penitenciário a fim de garantir o tratamento adequado aos apenados.

<i>Descrição</i>	Aquisição de equipamentos especiais de segurança para modernização do sistema penitenciário. Apoio à construção de módulos de saúde, educação e informática nos estabelecimentos penais. Apoio a estados e municípios para elaboração do Plano Diretor do Sistema Prisional. Desenvolvimento e implementação de ações de inteligência penitenciária com aquisição de equipamentos de segurança e inteligência, tais como: equipamentos de inspeção, raios-X, detectores de metais e sistema de monitoramento das ações no interior dos estabelecimentos penais.
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	Gabinete do Ministro
<i>Coordenador nacional da ação</i>	Alexandre Cabana de Queiroz Andrade
<i>Unidades executoras</i>	DEPEN/MJ

3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

A aquisição original permitiu que 36 estabelecimentos penitenciários de regime fechado de 20 estados da federação fossem contemplados com 41 esteiras de raios-X, 217 pórticos detectores de metais e 294 magnetômetros manuais. Este aporte, revestido de ineditismo, representa relevante incremento dos procedimentos de segurança nessas unidades, contribuindo de forma determinante para a pacificação dessas unidades.

A segunda aquisição (aditivo de 25%) permitiu que mais 21 estabelecimentos penitenciários de regime fechado de 9 estados da federação fossem contemplados com mais 10 esteiras de raio-x, 54 pórticos detectores de metais e 73 magnetômetros manuais.

Aportes em cada exercício	Estabelecimentos de regime fechado	Esteiras de raios-X	Pórticos detectores de metais	Magnetômetros manuais tipo raquete	Recursos por exercício
Origem (2008)	36	41	217	294	13.777.300,00
25% (2009)	21	10	54	73	3.402.850,00
TOTAIS	57	51	271	367	17.180.150,00

b) Principais Problemas:

Durante o processo de licitação de equipamentos como esteiras de Raios-X, pórticos detectores de metais e magnetômetros manuais (Pregão 16/2008), acontecido em dezembro de 2008, o Departamento Penitenciário Nacional respondeu a contento a diversas tentativas de impugnação do edital bem como a reclamações feitas ao TCU, tendo logrado êxito em todos os pedidos de esclarecimentos dessa corte que se limitou em emitir recomendações à pasta responsável pela realização de licitações.

Informações complementares acerca da 8856 – Modernização de Estabelecimentos Penais estarão consignadas no Relatório de Gestão 2009 do DEPEND/MJ.

2.- Dados Gerais da Ação

3.6 - Ação 8857 - Apoio e Implementação de Políticas de Segurança Cidadã

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Garantir o acesso dos moradores de territórios de descoesão social, especialmente os adolescentes e jovens em situação de risco social ou em conflito com a lei, às políticas que visam garantir o exercício da justiça e da cidadania.
Descrição	Implementação de centros do agressor (Lei Maria da Penha), construção de núcleos de polícia comunitária, formação de núcleos de justiça comunitária, implantação de juzizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, de delegacias especializadas e núcleos especializados das Defensorias. Fortalecimento dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública. Capacitação e treinamento em prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro; capacitação de Conselheiros Municipais; desenvolvimento da política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao desenvolvimento de núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Promoção da utilização de sistema eletrônico de alienação de bens no âmbito da administração pública e da justiça federal e estadual. Capacitação de profissionais de justiça em temas específicos, tais como direitos humanos, violência doméstica e urbana, e atendimento a grupos vulneráveis. Corte do fluxo financeiro no exterior de organizações criminosas. Proteção dos direitos dos consumidores mediante incentivo à iniciativas tais como: "Monitoramento Cidadão", "Canal Comunidade" e "Geração Consciente". Implementação de ações para garantia dos direitos dos cidadãos. Implementação das iniciativas "mães da paz", "reservista cidadão" e "jovem cidadão". Emprego da Força Nacional nos territórios de descoesão social. Elaboração de diagnósticos para implementação de planos municipais de segurança pública. Formação de Redes Juvenis – Diálogo Juvenil, Segurança e Convivência; Desenvolvimento de Mecanismos de Informação Juvenil nas entidades de apoio, nos pontos de cultura e nas redes juvenis; Elaboração de pesquisas e diagnósticos sobre a condição juvenil e violência nos territórios no Pronasci.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gabinete do Ministro
Coordenador nacional da ação	Jorge Luiz Quadros
Unidades executoras	GM/MJ – SENASP/MJ – SNJ/MJ – SDE/MJ – SRJ/MJ – MINC

3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

No âmbito da Cooperação Internacional com a UNESCO – Projeto 914BRA3042 “*Prevenção da Violência entre Jovens: Ações Sociais e Educativas que conformam o Percorso Social Formativo do PRONASCI*” foi executado o montante de R\$ 2.029.335,26 (dois milhões, vinte e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais e vinte e seis centavos). Os gastos tiveram como foco a consultoria voltada às articulações em diversas regiões parceiras do PRONASCI, além da elaboração de um documentário de sistematização e registro histórico do Projeto “Mulheres da Paz” e da realização do I Seminário “Prevenção da Violência: Avanços e Desafios do PRONASCI”.

Quanto ao último, destaca-se a sua importância, pois foi direcionado à compilação de todas as ações de prevenção do Programa que, reunidas, foram apresentadas e debatidas pela gestão integrada do PRONASCI nos níveis federal, estadual e municipal, a fim de que fossem otimizadas, redesenhadas e preparadas para o novo ciclo de gestão a ser proposto pela coordenação nacional.

Justiça Comunitária é um sistema alternativo de solução de conflitos que tem como possibilidade a ampliação do acesso à Justiça. Os próprios envolvidos utilizam o auxílio de um terceiro – o mediador – para buscar a resolução de seus problemas de forma pacífica e justa, como, por exemplo, questões de direito de família, conflitos de vizinhança, disputas de posse e propriedade de imóveis. Em 2009, o Ministério da Justiça investiu 6,5 milhões na implementação de 21 Núcleos de Justiça Comunitária em oito estados do País. Além disso, 300 agentes comunitários foram capacitados para atuar com técnicas de mediação de conflitos.

Foi instituído o projeto *PACIFICAR*, de fomento à mediação nas faculdades de Direito, com o objetivo de implantar, fortalecer e divulgar a mediação como instrumento à ampliação do acesso e maior efetividade da Justiça, além de difundir a cultura da resolução não violenta de conflitos entre os futuros operadores do Direito.

O sistema Justiça Comunitária visa à formação de novos núcleos de Justiça Comunitária nas Defensorias Públicas, governos estaduais, municipais, Ministérios Públicos, Tribunais de Justiça e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de formas não-adversariais de resolução de conflitos e de conscientização cidadã, por meio do financiamento de atividades de capacitação, aquisição de equipamentos, despesas com pessoal e adequações de espaços físicos. Já foram realizados sete cursos e há a previsão de assinaturas de 18 convênios para a implantação de 18 núcleos.

A efetivação da *Lei Maria da Penha* visa à criação e ao fortalecimento de Juizados Especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e de Núcleos Especializados da Defensoria e do Ministério Público voltados ao atendimento desse tipo de violência. Para isso, o Ministério da Justiça deverá investir R\$ 42 milhões até 2011.

O Projeto *Mulheres da Paz* contempla mulheres líderes comunitárias em regiões conflagradas que passam por capacitação em temas como ética, direitos humanos, cidadania e mediação de

conflitos, além de perceberem bolsa no valor de R\$ 190,00 mensais. Elas contam com o apoio de equipes multidisciplinares para atuar como multiplicadoras do PRONASCI e divulgar o Programa nas comunidades, identificando famílias com necessidade de assistência e jovens que possam ser atraídos para o Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável – PROTEJO. O número de mulheres capacitadas recebendo a bolsa neste momento é de aproximadamente 4 mil. Pretende-se que, ao final do exercício de 2010, a capacitação abranja, no total, aproximadamente 10 mil mulheres, tendo em vista muitas estarem começando a capacitação. No ano de 2009 o valor destinado a esta ação foi de R\$ 17,5 milhões.

O *Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável – PROTEJO* presta assistência, por meio de programas de formação e inclusão social, a jovens de 15 a 24 anos expostos à violência, objetivando tirá-los do percurso do crime e transformá-los em multiplicadores do programa. Cada jovem recebe uma bolsa de R\$ 100,00 por mês durante um ano e em 2009 foram contemplados cerca de 15.000 jovens. Neste ano foi destinado a esta ação um total de R\$ 32,5 milhões.

O Projeto *Reservista Cidadão* também visa oferecer cursos de capacitação aos jovens vindos do serviço militar, que podem ser atraídos para o crime nas comunidades mais violentas devido ao seu preparo técnico e conhecimento no uso de armas. Eles irão trabalhar em favor das comunidades, ajudando a prevenir a violência e a afastar outros jovens do mundo do crime. Cada integrante do projeto recebe bolsa de R\$ 100,00 por mês.

Para instituir o acesso ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC por meio do *Canal Comunidade*, que visa aproximar os Procons dos consumidores das áreas abrangidas pelo PRONASCI para que estes cidadãos tenham acesso aos canais formais de solução dos seus conflitos de consumo, foi destinado cerca de R\$ 3,4 milhões. Para aprimorar e expandir o sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC com o *Monitoramento Cidadão*, que tem como objetivo a realização de estudos e construção de estratégias de enfrentamento de problemas relacionados aos serviços essenciais nas áreas conflagradas, foram destinados R\$ 317.246,36. Já para a ação de multiplicadores *Geração Consciente*, que promove iniciativas para levar o conhecimento e estimular a cultura da observância dos direitos dos consumidores, foram destinados cerca de R\$ 1,5 milhão em 2009.

b) Principais Problemas:

No âmbito da Cooperação Internacional com a UNESCO – Projeto 914BRA3042 “Prevenção da Violência entre Jovens: Ações Sociais e Educativas que conformam o Percorso Social Formativo do PRONASCI”, em decorrência dos severos contingenciamentos orçamentários, não foi possível cumprir o cronograma de desembolso estabelecido no Documento de Projeto (PRODOC), que previa o repasse de R\$ 25.746.284,32 (vinte e cinco milhões, setecentos e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos). Tal situação fez com que a Secretaria Executiva do PRONASCI reorganizasse o orçamento de todos os projetos sob a sua responsabilidade, incluindo o projeto de

cooperação técnica internacional em tela. Com isso, foi possível a transferência de apenas o valor de R\$ 5 milhões de reais.

c) Contratações e Parcerias:

Projeto UNESCO 914BRA3042 “Prevenção da Violência entre Jovens: Ações Sociais e Educativas que conformam o Percorso Social Formativo do PRONASCI”.

d) Transferências:

No âmbito do Acordo de Cooperação Técnica assinado em 21 de dezembro de 2008 com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, embora estivesse prevista a transferência de R\$ 25.746.284,32 (vinte e cinco milhões setecentos e quarenta e seis mil duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos), foram efetivamente transferidos somente R\$ 5 milhões.

Informações complementares acerca da 8857 – Apoio e Implementação de Políticas de Segurança Cidadã estarão consignadas no Relatório de Gestão 2009 das seguintes unidades jurisdicionadas deste Ministério: GM, SENASP, SNJ, SDE, SRJ e DEPEN.

2. Dados Gerais da Ação

3.7 - AÇÃO 8858 – Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública

<i>Tipo da Ação</i>	Atividade
<i>Finalidade</i>	Promover a valorização dos profissionais e operadores de segurança pública para atuação qualificada do Estado nos territórios de descoesão social.
<i>Descrição</i>	Implementação do projeto de saúde para os policiais civis, militares e corpo de bombeiro e familiares; apoio à ampliação e consolidação da rede nacional de educação a distância (EAD); apoio à rede de altos estudos em segurança pública (RENAESP); apoio à formação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública nas mais diversas áreas, tais como: policiamento comunitário e resolução de problemas, inteligência policial, condução de cães farejadores, em todas as áreas relativas a perícia, no uso tecnologias não letais e uso proporcional de força, bem como em sistemas de comando de incidentes para as instituições de segurança pública, atendimento a grupo vulneráveis. Apoio à realização de seminários, simpósios e jornadas de direitos humanos, entre outros. Apoio à capacitação para investigação criminal para corregedores de polícia e implementação dos cursos de tecnólogo em gestão penitenciária para agentes, cursos de formação de agentes comunitários sobre o sistema de segurança

	pública e mediação de conflitos, implementação de cursos de formação continuada de agentes penitenciários de guardas municipais. Capacitação de magistratura, promotores e defensores públicos em Direitos Humanos.
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	Gabinete do Ministro
<i>Coordenador nacional da ação</i>	Juliana Márcia Barroso
<i>Unidades executoras</i>	SENASP – SRJ

3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

Para melhorar as condições de vida e trabalho dos profissionais de segurança pública foi criado, em parceria com a Caixa Econômica Federal, o *Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública*, que oferece financiamento com baixas taxas de juros para a compra da casa própria. Até o mês de outubro de 2009 foram cerca de 320 contratações do Plano de Arrendamento Residencial (PAR).

A capacitação de policiais, bombeiros, peritos, guardas municipais e agentes penitenciários conta com a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP), que congrega instituições de ensino para a oferta de cursos de formação de tecnólogos, especialistas e mestres, além de programas de Educação à Distância (EAD).

A experiência da Força Nacional também é repassada aos estados por meio de cursos presenciais que formam multiplicadores nos estados. Os assuntos são variados e vão desde direitos humanos e técnicas de abordagem ao combate a crimes ambientais e tecnologias não letais.

Em continuidade à política de valorização dos profissionais de segurança pública, foi instituído o Programa Nacional de Atenção à Saúde dos Servidores de Segurança Pública com o objetivo de promover saúde, qualidade de vida e cidadania aos servidores de segurança pública. Em 2009 foram destinados R\$ 4 milhões ao Programa de Auxílio à Saúde de Policiais Civis e Militares.

Informações complementares acerca da 8858 – Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública estarão consignadas no Relatório de Gestão 2009 das unidades SENASP/MJ e SRJ/MJ.

2. Dados Gerais da Ação

3.8. - AÇÃO 8860 - Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Especiais

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Construção de estabelecimentos penais especiais, com arquitetura diferenciada, como forma de distribuir os apenados de acordo com a periculosidade, a idade (faixa etária de 18 a 24 anos) e o gênero, para permitir a efetividade dos serviços e o controle nos estabelecimentos penais.
Descrição	Apoio à criação de vagas em estabelecimentos penais especiais, para jovens, com vistas ao atendimento diferenciado de acordo com a periculosidade faixa etária e gênero. Construção de centros de agressores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gabinete do Ministro
Coordenador nacional da ação	Ana Carla Leite Scussel
Unidades executoras	DEPEN/MJ

3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

Em 2009 foram repassados recursos para a construção de cinco *Penitenciárias Jovens Adultos* nos seguintes Estados: Ceará, Goiás, Paraná, Sergipe e Tocantins.

b) Principais Problemas:

Os Estados não possuem equipe de engenharia para adequar a planilha orçamentária à planilha SINAPI local, o que ocasiona um imenso atraso na apresentação da mesma para análise e aprovação da Caixa Econômica Federal, mandatária da União em contratos de repasse, conforme Contrato nº 18/2010.

c) Transferências:

Foram repassados recursos orçamentários à CAIXA no valor total de 74.100.000,00
 Informações complementares acerca da 8860 – Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Especiais estarão consignadas no Relatório de Gestão 2009 do DEPEN/MJ.

2- Dados Gerais da Ação

3.9 - AÇÃO 20B6 - Bolsa-Formação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Contribuir para a valorização e qualificação dos policiais militares e civis, dos corpos dos bombeiros, dos agentes penitenciários, peritos e guardas-municipais, de baixa renda, integrantes dos Estados-

	Membros.
<i>Descrição</i>	<p>Pagamento de auxílio-financeiro aos policiais militares e civis, dos corpos dos bombeiros, dos agentes penitenciários, peritos e guardas-municipais, de baixa renda, que estejam participando de cursos de qualificação profissional oferecidos ou reconhecimento pelo Ministério da Justiça.</p> <p>Será beneficiado o policial civil e militar, o bombeiro, os agentes penitenciários, peritos e guardas-municipais dos estados-membros que tiverem aderido ao instrumento de cooperação, desde que: I – freqüente, a cada doze meses, ao menos um dos cursos oferecidos ou reconhecidos pelos órgãos do Ministério da Justiça, nos termos da legislação vigente; II – não tenha cometido infração administrativa grave ou não possua condenação penal nos últimos cinco anos; e III – a remuneração pessoal não ultrapasse R\$ 1.700,00 por mês. A Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP será responsável pelo oferecimento e reconhecimento dos cursos destinados aos peritos e aos policiais militares e civis, bem como bombeiros e guardas-municipais. O Departamento de Penitenciária Nacional – DEPEN, por sua vez, será responsável pelo oferecimento e o reconhecimento dos cursos destinados aos agentes penitenciários.</p>
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	Gabinete do Ministro
<i>Coordenador nacional da ação</i>	Sylvana Santos Pereira
<i>Unidades executoras</i>	SENASP/MJ

3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

A capacitação de policiais, bombeiros, peritos, guardas municipais e agentes penitenciários conta com a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP), que congrega instituições de ensino para a oferta de cursos de formação de tecnólogos, especialistas e mestres, além de Programas de Educação à Distância.

A participação é estimulada pelo Bolsa Formação, que oferece complemento de R\$ 400 na renda dos profissionais que ganham até R\$ 1.700 e é uma oportunidade para que o profissional de segurança pública possa estudar e ser capacitado para melhorar o trabalho realizado nas comunidades em que atuam.

No mês de novembro de 2009 o número de beneficiados foi superior a 160.000 e o valor destinado à Concessão do Bolsa Formação em 2009 até àquele mês foi de aproximadamente R\$ 699 milhões.

Segundo pesquisa realizada com 23.540 policiais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) nos meses de março e abril de 2009, profissionais de 21 estados - dentre 22 avaliados – atribuem nota superior a nove ao Bolsa Formação. Em 2009, o total de bolsas concedidas foi de 1.704.065, perfazendo uma média de 142.005/mês.

Informações complementares acerca da Ação 00CA - Bolsa-Formação estarão consignadas no Relatório de Gestão 2009 da SENASP/MJ.

II. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações

Programa	Unidade Responsável
Programa 0750 – Apoio Administrativo	Secretaria Executiva - MJ
Programa 0698 – Gestão e Apoio Institucional na Área de Justiça	Coordenação Geral de Planejamento da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva – CGPLAN/SPOA/SE
Programa 1453 – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	Secretaria Executiva do Pronasci do Gabinete do Ministro

Programa 0750 – Apoio Administrativo	
Ação	Unidade Responsável
Ação 2000 – Administração da Unidade	

Programa 0698 – Gestão e Apoio Institucional na Área de Justiça	
Ação	Unidade Responsável
Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública	Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro – ACS/GM
Ação 8946 – Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia	Comissão de Anistia do Gabinete do Ministro – CA/GM

Programa 1453 – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	
Ação	Unidade Responsável
Ação 8375 – Campanha do Desarmamento	Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ
Ação 8853 – Apoio à Implementação de Políticas Sociais	Secretaria Executiva do Pronasci do Gabinete do Ministro
Ação 8854 – Gestão e Comunicação do PRONASCI	Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro – ACS/GM
Ação 8855 – Fortalecimento das Instituições	Gabinete do Ministro

de Segurança Pública	
Ação 8856 – Modernização de Estabelecimentos Penais	Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/MJ
Ação 8857 – Apoio e Implementação de Políticas de Segurança Cidadã	Gabinete do Ministro, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Secretaria Nacional de Justiça, Secretaria de Direito Humano, Secretaria de Reforma do Judiciário – MJ e Ministério da Cultura
Ação 8858 – Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública	Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ
Ação 8860 – Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais	Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/MJ
Ação 20B6 – Bolsa-Formação	Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ

III. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

Comissão de Anistia

No que tange ao atingimento de metas de julgamento relativo à atividade fim da Comissão de Anistia, cujos recursos advêm do PI 1104 DP do Gabinete do Ministro, deve-se destacar que houve cumprimento total e antecipado da meta de apreciação de requerimentos. A Comissão, até o final de 2009, apreciou mais de 55 mil requerimentos, quantidade a qual havia se comprometido, em 2007, a finalizar até 2010.

Com relação ao orçamento da Ação 8946 – Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia, esta não possui meta financeira, mas somente meta física, que, em 2009, era de 145 mil unidades de divulgação e foram executados 144.342 mil unidades de divulgação, alcançando, portanto, 99,55% de sua meta, ao mesmo tempo em que executou 100% do seu orçamento.

Em que pese à necessidade de ampliação no orçamento, bem como no quadro de funcionários e servidores, a Comissão teve em 2009 um desempenho bastante positivo na execução de sua meta física pois, mesmo tendo seu orçamento reduzido (de R\$ 5.484.000,00 em 2008 para R\$ 5.000.000,00 em 2009) conseguiu executar quase de forma completa a sua meta física. E, vale ressaltar, somente deixou de executá-la em sua completude por conta de problemas na contratação de serviços gráficos.

PRONASCI

Deve-se destacar inicialmente que, no ano de 2009, o Ministério da Justiça atingiu um elevado grau de execução financeira do PRONASCI, ultrapassando 99%. Ademais, o crédito indisponível foi

de apenas 2% dos recursos orçamentários ao final do exercício, o que, *a priori*, é um resultado muito auspicioso. Isso é relevante, principalmente, se levarmos em consideração que o montante empenhado foi de 1,23 bilhão, em uma conjuntura econômica que apresentou uma queda significativa do PIB em função da crise internacional.

Analisando a execução do Programa ao longo do último ano, tem-se como destaque a Ação de Bolsa-Formação aos Profissionais de Segurança Pública, que representou mais de 72% do valor pago pelo Programa. Merecem destaque, ainda, em relação ao volume de recursos desembolsados, as ações de Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública e de Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã, que tiveram respectivamente 9,4% e 9,3% do valor pago pelo Programa.

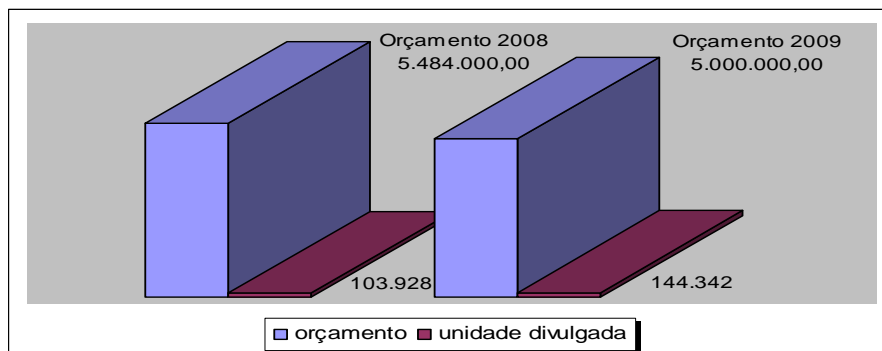
A análise por órgão executor permite identificar a complexidade e a capilaridade do Programa, que atualmente engloba Ministérios, Secretarias ou Órgãos, com autonomia orçamentária que executam o Programa, sendo o mais relevante o próprio Ministério da Justiça. No âmbito de suas ações, podem ser destacadas iniciativas em conjunto com outros Ministérios e Instituições, tais como: Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; apoio à socialização e prática de esportes no Ministério dos Esportes; ações de qualificação do trabalhador e inclusão no mercado de trabalho de pessoas em situação de risco por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, dentre outras.

d) Desempenho Operacional

I. Evolução das receitas e despesas

II. Indicadores de desempenho

No que toca à atividade de divulgação e preservação do acervo, a meta da Comissão para 2009 era o atingimento de 145.000 unidades divulgadas. O resultado final obtido foi a divulgação de 144.342 unidades. O cumprimento da meta enfrentou dificuldades, por conta do impasse na contratação de serviços gráficos. De todo modo, houve um avanço de 2008 para 2009. No ano anterior, a meta física era de 75 mil unidades divulgadas. Como a Comissão de Anistia ultrapassou sobremaneira tal meta, conforme demonstrou o Relatório de Gestão do exercício de 2008 (das 75 mil unidades projetadas, foram executadas 103.928 mil), planejou para 2009 a divulgação de 145 mil unidades, meta quase cumprida em sua totalidade. Nesse sentido, mesmo não se tratando de atividade fim, também se torna um indicador de eficiência da Comissão de Anistia, conforme o gráfico abaixo:



III. Análise do desempenho

Programa de Manutenção

No Programa de Manutenção, as atribuições são de caráter eminentemente administrativo (despesas referentes à concessão de diárias no País e no exterior, fornecimento de passagens aéreas, aquisição de material de consumo e serviços de terceiros), com a utilização dos sistemas SIAFI, SCDP e SIASG, mantendo registros e arquivos. Esta Unidade Gestora procurou desenvolver suas atribuições com eficiência, tendo sido formalizados 2.186 processos de passagens e concessão de diárias no País, 53 no exterior e 09 de suprimento de fundos para aquisição de material de consumo e serviços de terceiros. Foi feito o devido acompanhamento no SIAFI e SIASG e mantidos os respectivos registros e arquivos. Comparando-se o número de processos/ano x mão-de-obra envolvida, encontramos:

	2007	2008	2009
Nº Formalização de processos	974	2.092	2.248
Nº Mão de obra envolvida	4	5	6

Entendemos, ainda, que houve eficácia em todos os atos de gestão, pois as solicitações foram atendidas a contento, permitindo que os objetivos propostos fossem alcançados, buscando-se economicidade em todos os atos de gestão.

e) Programação Orçamentária

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Gabinete do Ministro	30101	200001

I. Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários	1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
LU A Dotação proposta pela UO	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1.035.326.790	1.420.229.566

	PLOA	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1.032.716.790	1.063.483.594	
	LOA	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	998.225.150	833.818.743	
CRÉDITOS	Suplementares	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	93.048.307	250.397.465	
	Especiais	Abertos	n.a.	n.a.	n.a.	n.o.p.	30.000.000	
		Reabertos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.o.p.	n.o.p.
	Extraordinários	Abertos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.o.p.	n.o.p.
		Reabertos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.o.p.	n.o.p.
	Créditos Cancelados	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	(486.135.700)	(107.600.000)	
Outras Operações	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.o.p.	n.o.p.		
Total	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	605.137.757	1.006.616.208		

II. Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital		
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	365.637.987	359.483.472	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
	PLOA	390.545.987	358.775.972	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
	LOA	422.186.711	336.875.972	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
CRÉDITOS	Suplementares	123.451.693	37.428.542	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
	Especiais	Abertos	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
		Reabertos	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Extraordinários	Abertos	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
		Reabertos	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Créditos Cancelados	(366.937)	(35.500.000)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Outras Operações	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Total	545.271.467	338.804.514	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		

III. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	1.035.326.790	1.420.229.566	365.637.987	359.483.472	n.a.	n.a.	
	PLOA	1.032.716.790	1.063.483.594	390.545.987	358.775.972	n.a.	n.a.	
	LOA	998.225.150	833.818.743	422.186.711	336.875.972	n.a.	n.a.	
CRÉDITOS	Suplementares	93.048.307	250.397.465	123.451.693	37.428.542	n.a.	n.a.	
	Especiais	Abertos	n.o.p.	30.000.000	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.
		Reabertos	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.
	Extraordinários	Abertos	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.
		Reabertos	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.

	Créditos Cancelados	(486.135.700)	(107.600.000)	(366.937)	(35.500.000)	n.a.	n.a.
	Outras Operações	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.
	Total	605.137.757	1.006.616.208	545.271.467	338.804.514	n.a.	n.a.

IV. Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional:

- Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA:

No Cadastro Orçamentário de Projetos e Atividades (COPA) 2009, a Comissão de Anistia inscreveu recursos na ordem de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a serem utilizados com outras despesas de custeio e capital. O valor constou do Projeto de Lei Orçamentária e, posteriormente, na Lei Orçamentária 2009.

- Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior:

Quando em 2007 a Comissão de Anistia solicitou a inclusão da Ação 8946 – Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia no Programa 0698- Gestão da Política na Área da Justiça, considerou importante e indispensável à implementação das novas dimensões, de educação e de memória. Por isso, tornava-se necessária a destinação de recursos específicos para o cumprimento dessas metas.

Houve também, à época, um comprometimento com relação à apreciação de todos os requerimentos com pedido de anistia até aquele momento autuados. Este compromisso estaria intimamente ligado à necessidade de aumento de pessoal, bem como à ampliação de infra-estrutura, inclusive equipamentos.

Assim, por meio dos contratos do Ministério da Justiça, foi possível adquirir mais equipamentos e, paralelamente, houve ampliação do espaço físico. Na medida do possível, conseguiu-se aumentar o número de funcionários, mas de forma provisória, o que mantém a necessidade de novos servidores como uma urgência para o período de 2010, quando a Comissão de Anistia estará empreendendo ainda mais esforços na implementação do Memorial da Anistia, não deixando, por isso, de cumprir as demais atividades de divulgação e a atividade fim da Comissão.

V. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Comissão de Anistia

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200005	14 422 0698 8946 0001	n.a.	n.a.	2.482.910,23
		200005	14 122 0750 2000 0001	n.a.	n.a.	337.394,00
	Recebidos	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.	n.o.p.
Movimentação Externa	Concedidos	153062	14 422 0698 8946 0001	n.a.	n.a.	66.000,00
		Recebidos	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.	n.o.p.
		Recebidos	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.
Movimentação Externa	Concedidos	153062	14 422 0698 8946 0001	n.a.	n.a.	330.773,54
		Recebidos	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.

Pronasci

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200005	06 122 1453 8854 0001	n.a.	n.a.	14.329.064,24
		200005	06 181 1453 8855 0001	n.a.	n.a.	1.771.314,60
		200005	06 181 1453 8858 0001	n.a.	n.a.	2.176.676,15
		200005	06 422 1453 8853 0001	n.a.	n.a.	1.701.988,00
		200005	06 422 1453 8857 0001	n.a.	n.a.	17.134.985,43
		200330	06 122 1453 8854 0001	n.a.	n.a.	13.580.870,37
		200330	06 181 1453 8855 0001	n.a.	n.a.	8.621.050,48
		200330	06 181 1453 8858 0001	n.a.	n.a.	7.901.348,00
		200330	06 422 1453 8853 0001	n.a.	n.a.	1.533.448,20
		200330	06 422 1453 8857 0001	n.a.	n.a.	110.799.755,00
	200330	06 128 1453 00CA 0001	n.a.	n.a.	688.212.254,00	
	Recebidos	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.	n.o.p.
Movimentação Externa	Concedidos	180002	06 122 1453 8854 0001	n.a.	n.a.	2.000.000,00
		200336	06 122 1453 8854 0001	n.a.	n.a.	559.226,40
		200109	06 122 1453 8854 0001	n.a.	n.a.	3.015.780,57
		154046	06 181 1453 8858 0001	n.a.	n.a.	162.606,35
		90033	06 181 1453 8858 0001	n.a.	n.a.	99.500,00
		200336	06 181 1453 8858 0001	n.a.	n.a.	4.529.153,90
		200336	06 442 1453 8375 0001	n.a.	n.a.	3.550.683,26
		238012	06 422 1453 8853 0001	n.a.	n.a.	3.330.000,00

		380010	06 422 1453 8853 0001	n.a.	n.a.	11.925.529,00
		180002	06 422 1453 8853 0001	n.a.	n.a.	5.366.358,60
		450032	06 422 1453 8853 0001	n.a.	n.a.	413.128,80
		420026	06 422 1453 8853 0001	n.a.	n.a.	1.050.000,00
		110246	06 422 1453 8853 0001	n.a.	n.a.	2.310.126,21
		110246	06 422 1453 8857 0001	n.a.	n.a.	1.500.000,00
		100001	06 422 1453 8857 0001	n.a.	n.a.	167.050,00
	Recebidos	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.	n.o.p.
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	200005	06 181 1453 8855 0001	23.808.845,30	n.a.	n.a.
		200005	06 181 1453 8858 0001	204.551,04	n.a.	n.a.
		200005	06 422 1453 8853 0001	25.261.650,00	n.a.	n.a.
		200005	06 422 1453 8857 0001	23.180.051,57	n.a.	n.a.
		200330	06 122 1453 8854 0001	723.612,00	n.a.	n.a.
		200330	06 181 1453 8855 0001	87.319.209,95	n.a.	n.a.
		200330	06 181 1453 8858 0001	352.171,63	n.a.	n.a.
		200330	06 422 1453 8853 0001	11.743.227,00	n.a.	n.a.
	200330	06 422 1453 8857 0001	5.932.554,72	n.a.	n.a.	
	Recebidos	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.
Movimentação Externa	Concedidos	200109	06 181 1453 8855 0001	5.610.775,65	n.a.	n.a.
		200336	06 181 1453 8855 0001	19.851.798,60	n.a.	n.a.
		154046	06 181 1453 8858 0001	1.342,90	n.a.	n.a.
		200324	06.421.145.388.560.000	3.152.170,00	n.a.	n.a.
		180002	06 422 1453 8853 0001	12.000.000,00	n.a.	n.a.
		180002	06 422 1453 8857 0001	4.638.243,00	n.a.	n.a.
		380010	06 422 1453 8857 0001	1.765.212,43	n.a.	n.a.
		200109	06 422 1453 8857 0001	3.742.200,00	n.a.	n.a.
		200324	14 421 1453 8860 0001	83.380.890,88	n.a.	n.a.
	200324	14 421 1453 8860 0001	2.500.000,00	n.a.	n.a.	
	Recebidos	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.

Gabinete do Ministro

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200005	03 131 0698 4641 0001	n.a.	n.a.	14.490.000,00
		200005	14 122 0750 2000 0001	n.a.	n.a.	677.717,91
	Recebidos	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.	n.o.p.
Movimentação Externa	Concedidos	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.	n.o.p.
	Recebidos	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.	n.o.p.

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.
	Recebidos	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.
Movimentação Externa	Concedidos	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.
	Recebidos	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.a.	n.a.

1. *Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa:*

- justificativas das concessões e recebimentos ocorridos no exercício da gestão

Em 2009, o Ministério da Justiça firmou Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a fim de conjugar esforços técnicos, administrativos e financeiros para implantação da sede do Memorial da Anistia Política do Brasil, bem como desenvolvimento e realização da reforma, adaptações aos usos e construção das instalações do Memorial no terreno e nas respectivas edificações da FAFICH, em Belo Horizonte/MG. Para tanto, foi necessária a transferência dos recursos acima informados, por meio de destaque.

- análise do impacto da realização dessas programações no conjunto de recursos geridos pela UJ durante o exercício

O impacto da concessão no conjunto do orçamento da Comissão de Anistia foi proporcional ao desejado para alavancar o início da execução de um projeto cujo montante alcançará cerca de R\$ 10 milhões quando implementado. No ano de 2009 foram desenvolvidos os escopos, objetivos e projetos para implementar o Memorial da Anistia. Por isso, no exercício de 2010 o orçamento refletirá a necessidade de majoração, com a provisão necessária para a consecução aos projetos concebidos em 2009.

f) Execução Orçamentária

I. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.

<i>Tomada de Preços</i>	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
<i>Concorrência</i>	12.611.296,00	14.849.999,10	12.480.919,62	14.489.999,10
<i>Pregão</i>	2.761.143,30	2.879.093,77	2.468.463,30	2.663.467,25
<i>Concurso</i>	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
<i>Consulta</i>	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
<i>Contratações Diretas</i>				
<i>Dispensa</i>	110,00.	n.o.p.	110,00	n.o.p.
<i>Inexigibilidade</i>	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
<i>Regime de Execução Especial</i>				
<i>Suprimento de Fundos (cartão corporativo)</i>	8.187,17	9.816,94	8.187,17	9.816,94
<i>Pagamento de Pessoal</i>				
<i>Pagamento em Folha</i>	Despesa de pessoal não é empenhada	Despesa de pessoal não é empenhada	3.509.956,53	4.504.184,21
<i>Diárias</i>	n.a	n.a.	495.397,51	959.725,33
<i>Outros</i>	3.109.538,02	5.077.704,52	2.913.886,50	999.432,54
<i>Não aplicável</i>	3.044.538,02	4.642.783,72	2.764.419,86	751.889,34
<i>Diárias</i>	65.000,00	434.920,80	149.466,64	247.543,20

3. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Comissão de Anistia

<i>Grupos de Despesa</i>	<i>Despesa Empenhada</i>		<i>Despesa Liquidada</i>		<i>RP não processados</i>		<i>Valores Pagos</i>	
	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>
<i>1 - Despesas de Pessoal</i>	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>2º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>3º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Demais elementos do grupo</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>2 - Juros e Encargos da Dívida</i>	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>2º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>3º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

<i>Demais elementos do grupo</i>		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
3- Outras Despesas Correntes		Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>	3380.35 3390.39	1.586.822 n.o.p.	n.o.p. 1.244.828	1.586.822 n.o.p.	n.o.p. 1.244.828	n.o.p. 318.613	n.o.p. 359.463	n.o.p. 317.611	n.o.p. 210.243
<i>2º elemento de despesa</i>	3390.39 3390.33 3380.35	610.015 n.o.p. n.o.p.	n.o.p. n.o.p. 790.000	610.015 n.o.p. n.o.p.	n.o.p. n.o.p. 790.000	n.o.p. n.o.p. n.o.p.	n.o.p. n.o.p. n.o.p.	n.o.p. n.o.p. n.o.p.	n.o.p. n.o.p. n.o.p.
<i>3º elemento de despesa</i>	3380.39 3390.33	556.451 n.o.p.	n.o.p. 773.431	556.451 n.o.p.	n.o.p. 773.431	n.o.p. n.o.p.	n.o.p. n.o.p.	n.o.p. n.o.p.	n.o.p. n.o.p.
<i>Demais elementos do grupo</i>		1.500.439	413.550	1.500.439	413.550	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.

Gabinete do Ministro

<i>Grupos de Despesa</i>	<i>Despesa Empenhada</i>		<i>Despesa Liquidada</i>		<i>RP não processados</i>		<i>Valores Pagos</i>	
	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>2º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>3º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Demais elementos do grupo</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>2º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>3º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Demais elementos do grupo</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa 33.80.39</i>	5.534.750,28	5.000.000	5.534.750,28	5.000.000	n.o.p.	n.o.p.	5.534.750,28	5.000.000
<i>2º elemento de despesa 33.90.14</i>	242.100,10	590.166,98	242.100,10	590.166,98	n.o.p.	n.o.p.	242.100,10	590.166,98
<i>3º elemento de despesa 33.90.36</i>	253.297,41	369.558,35	253.297,41	369.558,35	n.o.p.	n.o.p.	253.297,41	369.558,35
<i>Demais elementos do grupo</i>	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.

Ação Pronasci

Grupos de Despesa		Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal		Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
2º elemento de despesa		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
3º elemento de despesa		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Demais elementos do grupo		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
2 – Juros e Encargos da Dívida		Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
2º elemento de despesa		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
3º elemento de despesa		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Demais elementos do grupo		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
3- Outras Despesas Correntes		Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	3390.48	161.110.661	694.728.001.	161.110.661	694.728.001.	28.049.881	68.762.111	21.025.130	721.430
2º elemento de despesa	3390.41	144.962.407	n.o.p.	144.962.407	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
	3390.30	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	17.141.362	n.o.p.	14.256.312	n.o.p.
	3340.41	n.o.p.	60.600.039	n.o.p.	60.600.039	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
	3330.41	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	29.810.165	n.o.p.	3.151.042
3º elemento de despesa	3340.41	80.076.959	n.o.p.	80.076.959	n.o.p.	n.op.	28.325.327	n.o.p.	1.459.653
	3330.41	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	13.121.210	n.o.p.	7.387.021	n.o.p.
	3390.36	n.o.p.	39.107.642	n.o.p.	39.107.642	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
Demais elementos do grupo		125.898.316	125.626.953	125.898.316	125.626.953	20.857.527	19.958.718	17.399.801	3.234.503

3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO
-----------	-----

	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	479.618,00	1.886.681,96	1.817.196,00
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	241.149,77	560.598,65	960.222,33
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade	2.247.184,30	12.499.999,00	14.490.000,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	n.a.	n.a.	n.a.
3.3. Tecnologia da informação	n.a.	n.a.	n.a.
3.4. Outras Terceirizações	5.641.342,37	9.169.950,97	10.093.672,36
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	7.510,52 ^a	8.187,17 ^b	9.816,94 ^c
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	1.371,30	n.o.p.	n.o.p.
TOTAIS	8.618.176,26	24.125.417,75	44.270.907,63

^a Valor gasto no exercício (R\$ 6.291,66) + despesa de 2006 (1.228,86) paga em 2007.

^b Valor gasto no exercício de 2008 (R\$ 1.620,51) pago em 2009

^c Valor gasto no exercício de 2009 (R\$ 236,95) pago em 2010

4. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Pronasci

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	4430.41	239.362.554	-	239.362.554	-	-	-	-
	4430.42	-	-	-	134.579.000	83.380.890	693.000	-
	4490.52	-	101.144.423	-	101.144.423	-	-	-
2º elemento de despesa	4430.42	144.966.500	83.380.890	144.966.500	83.380.890	-	-	-
	4490.52	-	-	-	-	32688.982	-	31.366.879
	4430.41	-	-	-	-	-	36.477.153	-
3º elemento de despesa	4440.41	58.350.809	-	58.350.809	-	-	36.183.136	-
	4430.41	-	75828.155	-	75.828.155	6.756.652	-	6.296.043
Demais elementos do grupo	71.385.495	57.404.319	71.385.495	57.404.319	1.153.961	28.745.781	1.153.961	1.608.136

5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>2º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>3º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Demais elementos do grupo</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>2º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>3º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Demais elementos do grupo</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Comissão de Anistia

Grupos de Despesa		Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos		Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>	4490.52	390.852	n.o.p.	390.852	n.o.p.	390.852	n.o.p.	390.852	n.o.p.
	4490.51	n.o.p.	330.774	n.o.p.	330.774	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
<i>2º elemento de despesa</i>		n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
<i>3º elemento de despesa</i>		n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
<i>Demais elementos do grupo</i>		n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
5 - Inversões Financeiras		Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>2º elemento de despesa</i>		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>3º elemento de despesa</i>		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Demais elementos do grupo</i>		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>2º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>3º elemento de despesa</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Demais elementos do grupo</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

5. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ: CA

- Alterações significativas ocorridas no exercício:

Do exercício anterior, 2008, para o exercício atual, 2009, a alteração significativa ocorrida foi a diminuição do orçamento da Comissão de Anistia, fator que impactou principalmente na implementação do Memorial da Anistia Política do Brasil. Assim, em 2009 foram praticamente finalizadas as etapas prévias à implementação do Memorial, para que, em 2010, com a ampliação orçamentária, seja dado encaminhamento às obras de reforma e construção do imóvel.

- Contingenciamento no exercício:

Não ocorreu no período.

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

O maior prejuízo para a **Comissão de Anistia** no exercício de 2009 foi o impasse no contrato de serviços gráficos para o Ministério. A meta física da unidade está diretamente ligada à divulgação da mesma, que, por sua vez, possui relação estreita com a elaboração e impressão de material gráfico. O planejamento da Comissão por várias vezes foi alterado, tendo em vista o problema ocorrido na contratação destes serviços por parte do Ministério da Justiça, que só foi devidamente sanado em dezembro de 2009, quando foi possível obter a maioria do material de divulgação da Comissão.

Um aspecto negativo para a Comissão é dado pela necessidade de ampliação do quadro de servidores. Por um lado, o processo seletivo e o concurso realizado recentemente minimizarão o problema. Porém, é necessário um número ainda maior de servidores para que possa haver

continuidade, tanto no ritmo de julgamento dos requerimentos com pedido de anistia quanto nos projetos de preservação do acervo e divulgação da Comissão de Anistia.

- Outras questões relevantes:

Não ocorreu no período.

II. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
Tomada de Preços	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
Concorrência	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
Pregão	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
Concurso	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
Consulta	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
Contratações Diretas				
Dispensa	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
Inexigibilidade	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	n.a	n.a	n.o.p.	n.o.p.
Diárias	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
Outros	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.

2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
2º elemento de despesa	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
3º elemento de despesa	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Demais elementos do grupo	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
2º elemento de despesa	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a

<i>3º elemento de despesa</i>	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
<i>Demais elementos do grupo</i>	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
<i>2º elemento de despesa</i>	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
<i>3º elemento de despesa</i>	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
<i>Demais elementos do grupo</i>	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.

3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

<i>Grupos de Despesa</i>	<i>Despesa Empenhada</i>		<i>Despesa Liquidada</i>		<i>RP não processados</i>		<i>Valores Pagos</i>	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
<i>2º elemento de despesa</i>	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
<i>3º elemento de despesa</i>	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
<i>Demais elementos do grupo</i>	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.	n.o.p.
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
<i>2º elemento de despesa</i>	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
<i>3º elemento de despesa</i>	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
<i>Demais elementos do grupo</i>	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
<i>2º elemento de despesa</i>	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
<i>3º elemento de despesa</i>	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
<i>Demais elementos do grupo</i>	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a

4. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação:

- Alterações significativas ocorridas no exercício:

Não ocorreu no período.

- Contingenciamento no exercício:

Não ocorreu no período.

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Não ocorreu no período.

- Outras questões relevantes:

Não ocorreu no período.

III. Execução Orçamentária por Programa de Governo

1. Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0698		Denominação: Gestão e Apoio Institucional na Área da Justiça				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
26.665.250	61.155.250	26.000.536	19.156.240			19.142.075,00
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1						
Fórmula de Cálculo do Índice:						
percentual de execução física = quantidade de localizadores com registro de execução física / quantidade de localizadores com registro de execução financeira						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1453		Denominação: Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.154.435.149	1.294.435.149	1.237.820.419	871.043.013			860.036.823
Informações sobre os resultados alcançados						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Sensação de Segurança (%)	Sem registro	0	0	0	0
2	Taxa Homicídios(1/100.000)	01/10/2006	26	12	17	Sem registro
3	Taxa Vitimas (1/100.000)	Sem registro	0	0	0	0
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Percentual de execução física – quantidade de localizadores com registro de execução física / quantidade de localizadores com registro de execução financeira						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						

2. Análise Crítica da execução orçamentárias por programa de governo:

- Contingenciamento no exercício:

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução dos Programas de Governo:

- Outras questões relevantes:

IV. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Realizada em 2010
14	422	0698	8946	A	4	unidade	145.000	144.342	150.011	5.000.000	3.000.544	
14	122	0698	3272	A	4	n.a	n.a	n.a	n.a	1.050.000		
03	131	0698	4641	A	4	n.a	n.a	n.a	n.a	10.000,00		
06	422	1453	8375	A	3	unidade	38.000			10.000,00		
06	422	1453	8853	A	3	unidade	238.652			136.847.705		
06	122	1453	8854	A	4	n.a	n.a	n.a	n.a	35.508.000		
06	181	1453	8855	A	3	unidade	35			135.309.437		
06	421	1453	8856	A	3	unidade	51			19.847.712		
06	422	1453	8857	A	3	unidade	75.904			181.280.264		

06	181	1453	8858	A	3	unidade	117.593			47.042.029		
14	421	1453	8860	A	3	unidade	4.544			116.1000.002		
06	128	1453	00CA	A	3	unidade	171.290			472.000.000		

1. Análise Crítica da Execução Física das ações realizadas pela UJ:

A execução física das ações sob a responsabilidade do Gabinete foi considerada satisfatória, já que atendeu a todas as demandas a contento.

Com relação Pronasci, as informações estarão consignadas no Relatório de gestão das Unidades que executam cada Ação.

- Cumprimento das metas físicas:

Com relação à Ação 8946 – Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia, a meta física era de 145 mil unidades de divulgação e foram executados 144.342 mil unidades de divulgação, alcançando, portanto, 99,55% de sua meta.

- Ações que apresentaram problemas de execução:

O problema enfrentado pela Comissão de Anistia na Ação 8946 decorre da morosidade na solução do contrato dos serviços de gráfica do Ministério. Somente em dezembro de 2009 é que a situação foi regularizada e a Comissão conseguiu imprimir seu material de divulgação.

- Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

A Comissão de Anistia atingiu, em 2009, com antecipação, a meta de julgamentos com a qual se comprometeu publicamente em abril de 2007. Assim, em 32 meses, foram apreciados 28.028 processos, totalizando, até o final de 2009, 54.809 requerimentos apreciados. Desta forma, em dezembro de 2009 a Comissão de Anistia alcançou a meta que era prevista para dezembro de 2010.

- Ações Prioritárias na LDO:

Conforme disposto na LDO/2009, constam as seguintes Ações Prioritárias: 1) Ação 20B6 - Bolsa-Formação; 2) Ação 8375 - Campanha do Desarmamento; 3) Ação 8855 - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública; 4) Ação 8856 - Modernização de Estabelecimentos Penais; 5) Ação 8857 - Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã; 6) Ação 8858 - Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública; 7) Ação 8860 - Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Especiais, todas integrantes do Programa 1453 – PRONASCI.

- Outras questões relevantes:

g) Indicadores Institucionais:

- Utilidade:

Os indicadores utilizados pela Comissão de Anistia são uma proposta de avaliação da ação 8946 – Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia. Nesse sentido, é indiscutível sua utilidade, que proporciona uma avaliação precisa acerca da utilização dos recursos e do cumprimento das metas.

- Mensurabilidade:

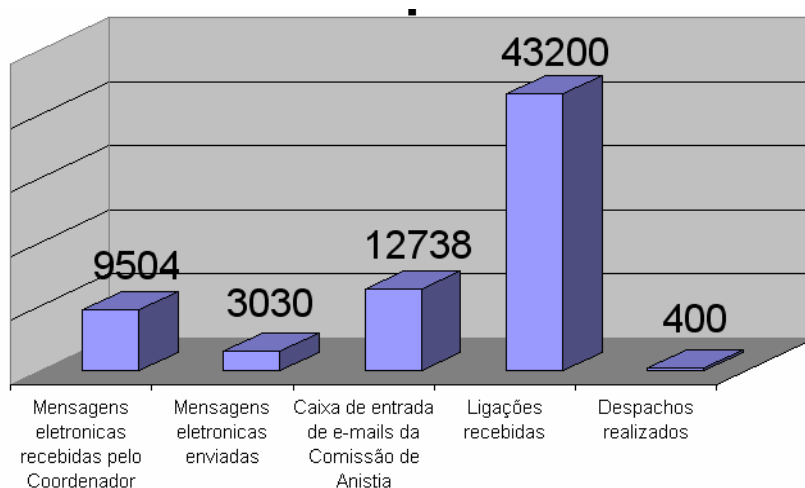
Quanto à mensurabilidade, os indicadores são adequados e suficientes para demonstrarem, institucionalmente, a gestão e o funcionamento da Comissão de Anistia, conforme se depreende na análise dos gráficos apresentados a seguir.

Os indicadores de desempenho da Comissão de Anistia são eficiência, eficácia e efetividade, apresentados da maneira que segue abaixo:

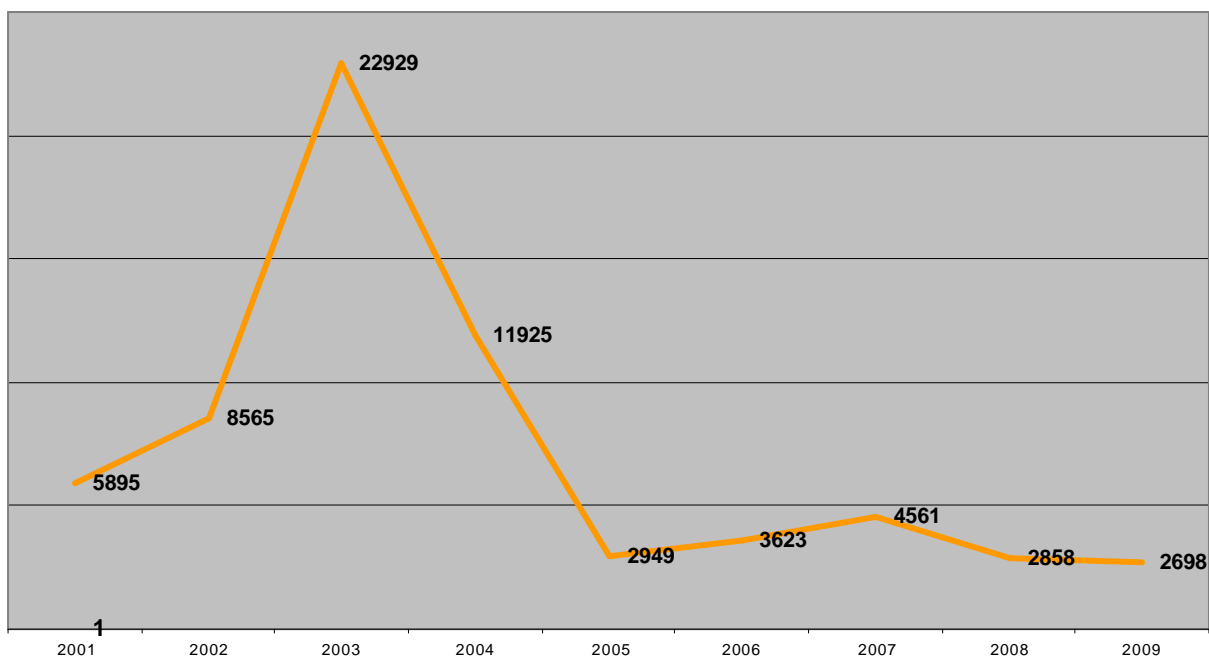
Eficiência:

No que toca à atividade julgadora, podemos destacar os dados que seguem:

- Média de atendimentos realizados para acompanhamento processual:



- Evolução do protocolo de requerimentos:

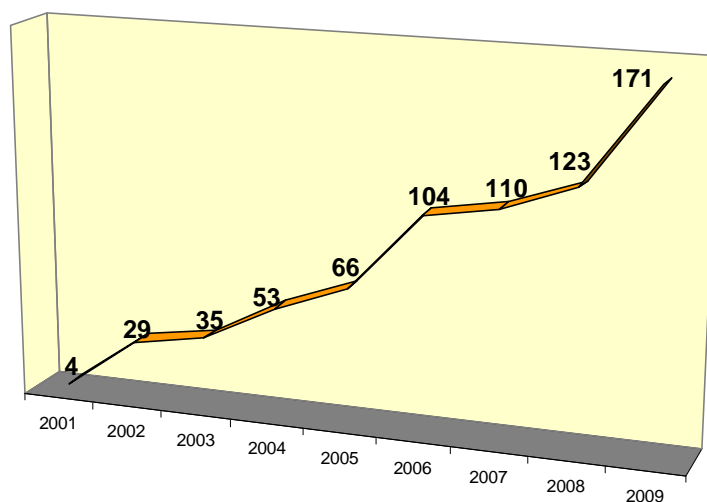


É necessário esclarecer que a quantidade de autuações informada no Relatório de Gestão do exercício de 2008 para aquele ano estava incompleta. A informação completa, portanto, é trazida neste Relatório referente ao exercício de 2009.

- Documentos Protocolados e Diligenciados:

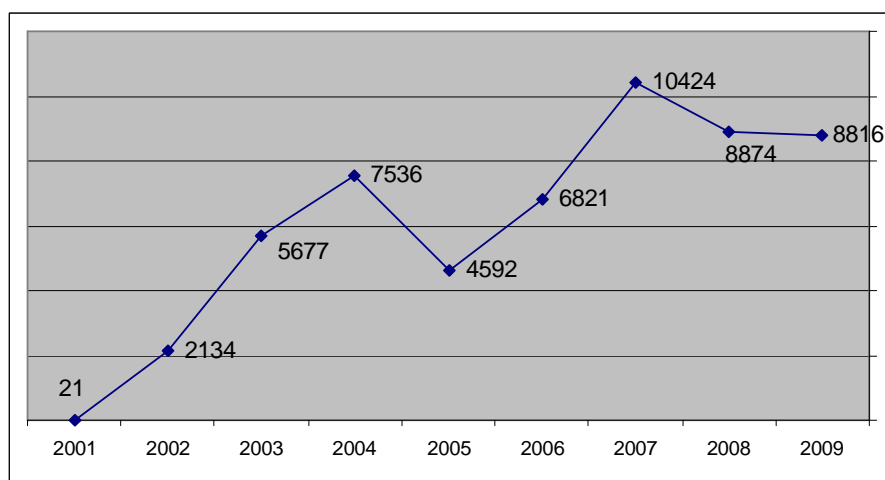
<i>Tarefa realizada</i>	<i>Total</i>
Documentos recebidos	15.795
Processos autuados	2.754
Processos diligenciados	3.351
Processos para despacho da Presidência	914

- Evolução do número de sessões de julgamento:



No gráfico acima, encontram-se as sessões internas e externas de julgamento, sejam elas de turma ou plenária.

- Evolução do número de processos apreciados, somados tão somente os apreciados em sessões de turma da Comissão de Anistia:



É necessário destacar que a Comissão de Anistia em 2009 cumpriu um ano antes a meta que havia anunciado publicamente, qual seja, a de apreciar até o final de 2010 os 55 mil requerimentos até aquela data autuados. Em 2009, foram realizadas 171 sessões e apreciados 9.538 requerimentos, somados os processos de sessões de turma e plenária, chegando-se ao total de 55 mil pedidos de anistia apreciados, de 2007 a 2009.

Eficácia

No que tange à atividade julgadora da Comissão de Anistia é possível apenas fazer uma avaliação qualitativa dos resultados colhidos e apresentados no quesito “eficiência”.

Em 2009, diferentemente do ano anterior, os requerimentos não pertenciam, em sua grande maioria, a grupos temáticos, o que facilitava o estudo histórico-fático. Já os apreciados em 2009, tratavam-se de pedidos contendo histórias únicas, descoladas de um fato coletivo de perseguição, ou seja, referentes aos mais diversos períodos históricos (setembro de 1946 a outubro de 1988) e diferentes categorias profissionais. Nesse sentido, há que se valorizar ainda mais os 9.538 requerimentos apreciados, considerando a dificuldade referente ao tempo despendido no estudo e apreciação.

Quanto à divulgação da Comissão, ressalta-se que, para além da meta física, ela ocorreu concretamente também por meio das diversas atividades desenvolvidas em 2009, atingindo, aproximadamente, um público de 10 mil pessoas.

Efetividade

Também para a atividade julgadora da Comissão de Anistia, inexistente a possibilidade de geração de indicador específico, restando como método de aferição a comparação dos resultados com os obtidos em anos anteriores.

Quanto à divulgação da Comissão de Anistia, o indicador de efetividade é a quantidade de inserções na imprensa, gerada pelas atividades realizadas pelo órgão.

Repercussão Mensal da Comissão de Anistia em 2008 e 2009 (por matérias na imprensa)

<i>Mês</i>	<i>Ano</i>	<i>Quantidade de matérias</i>
Janeiro	2008	4
	2009	72
Fevereiro	2008	4
	2009	63
Março	2008	21
	2009	170
Abril	2008	47
	2009	63

Maio	2008	38
	2009	106
Junho	2008	22
	2009	115
Julho	2008	27
	2009	66
Agosto	2008	218
	2009	149
Setembro	2008	47
	2009	29
Outubro	2008	83
	2009	44
Novembro	2008	190
	2009	61
Dezembro	2008	145
	2009	42
Total geral		1826
Total 2008		846
Total 2009		980

3. Recursos Humanos

a) Composição do Quadro de Recursos Humanos

<i>Composição do Quadro de Recursos Humanos</i>			
<i>Situação apurada em 31/12/2009</i>			
<i>Regime do Ocupante do Cargo</i>	<i>Lotação Efetiva</i>	<i>Lotação Autorizada</i>	<i>Lotação Ideal</i>
<i>Estatutários</i>	61	61	Σ
<i>Próprios</i>	29	29	

<i>Requisitados*</i>	32	32	
<i>Celetistas**</i>	89	101	Σ
<i>Cargos de livre provimento</i>	30	30	Σ
<i>Estatutários***</i>	30	30	
<i>Não Estatutários</i>	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Terceirizados</i>	156	n.a.	n.a.
<i>Total</i>	336	192	

* incluído 01 servidor de carreira com exercício descentralizado na unidade.

** incluídos 88 contratados temporários e 01 empregado anistiado com exercício no GM.

***incluído 01 servidor com cargo de Natureza Especial.

Com relação ao quadro acima, cabe esclarecer que:

1) Lotação Efetiva:

- a) Estatutários: nos campos “próprios” e “requisitados”, foram considerados, respectivamente, os titulares ocupantes de cargo efetivo do Quadro do MJ lotados no GM e os servidores requisitados de outros órgãos em exercício nessa Unidade, ainda que exerçam ou não cargo de livre provimento;
- b) Celetistas: foram considerados 82 contratados temporários, regidos pela Lei nº 8.475/93, para atender às demandas do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, bem como 01 anistiado, por força da Lei nº 8.874/94, regulamentada pelo Decreto nº 6.077/2007, em exercício no GM;
- c) Cargos de livre provimento: foram considerados somente os servidores sem vínculo com o Serviço Público, em exercício nesse Gabinete, inclusive os da Comissão da Anistia.

2) Lotação Autorizada:

- a) Estatutários – Próprios: embora o MJ esteja com o concurso público em andamento para provimento de 450 cargos efetivos em substituição a 500 trabalhadores terceirizados que executam atividades não previstas no Decreto nº 2.271/97, não foram alocadas, ainda, as vagas para cada Unidade. A nomeação dos candidatos está prevista para ocorrer no exercício de 2010.
- b) Celetistas: o MJ conta com a autorização para contratar 100 pessoas na situação “contratado temporário” para atender às demandas do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. Em 31/12/2009 havia 12 vagas (em virtude de desligamento) a serem providas no exercício de 2010.
- c) Demais situações – requisição de servidores e nomeação de servidores sem vínculo com o Serviço Público, são realizadas de acordo com o interesse da Administração, observando o número de cargos em comissão definidos, por meio de Decreto de Estrutura Regimental, para a Unidade.

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	30	251.065,16	200.283,90	658.595,51	49.458,98	2.077,68		
2008	30	265.461,90	188.070,14	732.751,17	49.984,32	3.777,63		
2009	29	581.907,32	249.726,53	540.739,82	77.368,18	0		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	00	0	0	0	0	0		
2008	00	0	0	0	0	0		
2009	89	4.921.827,71	0	413.099,97	49.594,32	9.333,32		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	24	0	1.136.883,05	106.588,33	28.238,02	73.400,29		
2008	30	0	1.549.535,08	136.558,86	42.456,41	1.954,35		
2009	30	0	1.870.771,05	139.304,32	49.415,40	34.372,99		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	03	0	163.055,93	12.638,41	5.759,20	12.726,00		
2008	03	0	220.668,06	19.196,44	8.410,00	19.995,08		
2009	03	0	239.256,12	19.938,01	5.676,10	0		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	20	0	103.851,38	33.199,54	4.989,07	4.186,44		
2008	17	0	157.711,05	40.374,39	5.256,74	20.668,95		
2009	29	0	177.491,86	40.401,45	17.988,64	6.207,91		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	n.a.	n.a.	160	5.641.342,37	n.a.	n.a.	9	50.640
2008	n.a.	n.a.	164	9.169.950,97	n.a.	n.a.	9	39.879,25
2009	n.a.	n.a.	156	9.785.779,92	n.a.	n.a.	11	57.600

Ressalte-se que as alterações consideráveis das parcelas “vencimento e vantagens fixas” e “gratificações”, a redução do número de servidores em exercício no GM no ano de 2009, em relação aos anos anteriores, deve-se ao fato da reestruturação da composição remuneratória dos cargos efetivos do Plano Geral de Poder Executivo – PGPE, pela Medida Provisória nº 431/2008, convertida na Lei nº 11.784/2008, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2009.

Cabe esclarecer, ainda, que referente à tipologia “requisitados com ônus” foi somente considerados na coluna “retribuições” os valores pagos a título de função, observando a opção de remuneração de cada servidor, uma vez que os valores de reembolso foram pagos na modalidade de ressarcimento de pessoal.

b) Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

c) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo

Utilizando a fórmula:

$$\frac{n^{\circ} \text{ de homens/dias perdidos por ausência ao trabalho} \times 100}{\text{Efetivo médio} \times n^{\circ} \text{ de dias de trabalho}}$$

temos o seguinte índice de absenteísmo no GM: $[(21/460) \times 100] / 180 \times 365 = 0,000007\%$, sendo que todas as ausências são provenientes de licença para tratamento da própria saúde.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

No ano de 2009, não houve ocorrência de acidente de trabalho;

Já, no caso de doenças ocupacionais, utilizando a fórmula:

$$\frac{n^{\circ} \text{ de casos de doenças ocupacionais} \times 100}{n^{\circ} \text{ de servidores}}$$

temos o seguinte índice: $(21 \times 100) / 180 = 11,66\%$.

- Perfil Etário

O perfil etário do GM é o seguinte:

Situação Funcional	Faixa Etária (anos)					Total
	18 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	>60	
Ativo Permanente (Quadro Efetivo)	00	03	11	15	00	29
Requisitado	02	15	10	02	02	31
Sem vínculo	07	09	06	07	00	29
Natureza Especial	00	00	00	00	01	01
Exercício Descentralizado	01	00	00	00	00	01
Contratado Temporário	44	38	04	02	00	88
Anistiado	00	00	01	00	00	01
<i>Total</i>	<i>54</i>	<i>65</i>	<i>32</i>	<i>26</i>	<i>03</i>	<i>180</i>

De acordo com o perfil etário dos servidores em exercício no Gabinete, observa-se que 51,7% do Quadro Efetivo do GM encontra-se com idade igual ou superior a 51 anos. Se por um lado, isto representa um fator positivo, no que diz respeito à maturidade e experiência da equipe, por outro, constitui um sinalizador da necessidade de se buscar a recomposição do quadro efetivo com novos servidores para viabilizar a transferência de conhecimentos e rotinas, de forma a garantir a manutenção das habilidades acumuladas pelo quadro atual de pessoal.

- Rotatividade (turnover)

No exercício de 2009, não foi mensurada a rotatividade de pessoal.

- Formação Acadêmica

A formação acadêmica dos servidores em exercício no GM é a seguinte:

<i>Situação</i>	<i>Escolaridade</i>					<i>Total</i>
	<i>Alfabetização</i>	<i>Ensino Fundamental incompleto</i>	<i>Ensino Fundamental</i>	<i>Ensino Médio</i>	<i>Ensino Superior</i>	
Ativo Permanente (Quadro Efetivo)	01	01	01	21	05	29
Requisitado	00	00	00	09	22	31
Sem vínculo	00	00	00	07	22	29
Natureza Especial	00	00	00	00	01	01
Exercício Descentralizado	00	00	00	00	01	01
Contratado Temporário	00	00	00	00	88	88
Anistiado	00	00	00	01	00	01
<i>Total</i>	<i>01</i>	<i>01</i>	<i>01</i>	<i>38</i>	<i>139</i>	<i>180</i>

De acordo com o quadro acima, 21,11% e 77,22% dos servidores em exercício nesse Gabinete, possui, respectivamente, ensino médio e superior.

- Educação Continuada

O Ministério da Justiça conta com dois programas de Educação Continuada:

a) *Bolsa Universitária*: no qual custeia até 50% da mensalidade do curso de graduação para os servidores do Quadro Efetivo do Ministério.

b) *Pós-Graduação*: no qual custeia integralmente o curso, desde que seja em tema que guarde correlação entre as atividades exercidas pelo servidor e a grade curricular do curso.

No exercício de 2009, nenhum servidor efetivo desse Gabinete pleiteou bolsa universitária nem pagamento de pós-graduação.

- Satisfação e Motivação

Não há, no momento, instrumento de mensuração do nível de satisfação e motivação dos servidores do MJ. Entretanto, está sendo estudada a possibilidade de realização de pesquisa de clima organizacional no âmbito desta Pasta.

- Disciplina

No ano de 2009, nenhum servidor lotado no GM sofreu penalidade disciplinar.

- Desempenho funcional

No ano de 2009, foram implementados 02 instrumentos de avaliação do desempenho funcional:

a) Avaliação para fins de concessão da Gratificação de Desempenho do Plano de Cargos do Poder Executivo Federal - GDPGPE, instituída pela Lei nº 11.784/2008, regulamentada pela Portaria nº 3.979/2009/MJ.

Para esse procedimento, foram aplicadas a autoavaliação pelo servidor e a avaliação da chefia superior, com a pontuação variando de 0 a 100 pontos, para 07 fatores determinantes (conhecimento e autodesenvolvimento; produtividade; autodesenvolvimento; relacionamento interpessoal; trabalho em equipe; iniciativa; comprometimento com o trabalho; disciplina e cumprimento das normas de procedimentos e de condutas no desempenho das atribuições), com pesos diferentes, sendo que a nota final da avaliação foi a média aritmética dessas duas avaliações.

No caso desse Gabinete, o desempenho aferido foi o seguinte:

<i>Níveis de Pontuação</i>				<i>Total</i>
<i>Nota inferior a 70,00 pontos</i>	<i>Nota de 70,01 a 80,00 pontos</i>	<i>Nota de 80,01 a 90,00 pontos</i>	<i>Nota de 90,01 e 100 pontos</i>	
00	00	00	29	29

b) Avaliação e Certificação dos ocupantes de Funções Comissionadas Técnicas – FCT, instituída pelo artigo 9º do Decreto nº 4.941/2003, regulamentada pela Portaria nº 3.988/2009/MJ.

O procedimento foi dividido em duas etapas:

1ª Etapa: Avaliação, formada pela auto-avaliação do servidor (peso 1) e avaliação de sua chefia imediata (peso 3), sendo que a nota final da avaliação foi a média ponderada dessas duas avaliações.

Alcançando a nota mínima de 75 pontos na primeira etapa, o servidor participou da 2ª etapa – certificação.

2ª Etapa: Certificação, cuja pontuação é baseada em critérios (principais entregas; participação em processos de qualificação e requalificação; grau de escolaridade; participação em grupos de trabalhos, comissões e sindicâncias; publicações; e experiência profissional) com pesos diferentes. Para receber referida certificação, com validade por 01 ano, o servidor deveria alcançar a nota mínima de 45 pontos. Ressalte-se ainda, que se o servidor não atingir a pontuação mínima para certificação, por 02 anos consecutivos, será exonerado da função.

O resultado dessa metodologia de avaliação e certificação, com relação aos servidores ocupantes de Função Comissionada Técnica em exercício no GM, foi o seguinte:

<i>Total de Servidores que ocupam FCT</i>	<i>Avaliação</i>		<i>Certificação</i>	
	<i>Nota inferior a 75 pontos</i>	<i>Nota igual ou superior a 75 pontos</i>	<i>Nota inferior a 45 pontos</i>	<i>Nota igual ou superior a 45 pontos</i>
16	00	16	15	01

- Níveis Salariais

Os níveis salariais da força de trabalho do GM é a seguinte:

<i>Situação</i>	<i>Faixas de Remuneração (R\$) – Paga pelo MJ</i>							<i>Total</i>
	<i>Não se aplica (*)</i>	<i>Até 2.000,00</i>	<i>2.000,01 a 4.000,00</i>	<i>4.000,01 a 6.000,00</i>	<i>6.000,01 a 8.000,00</i>	<i>8.000,01 a 10.000,00</i>	<i>Acima de 10.000,00</i>	
Ativo Permanente (Quadro Efetivo)	00	00	22	06	01	00	00	29
Requisitado	07	18	01	03	01	01	00	31
Sem vínculo	00	00	13	06	05	05	00	29
Natureza Especial	00	00	00	00	00	00	01	01
Exercício Descentralizado	01	00	00	00	00	00	00	01
Contratado Temporário	00	00	61	00	19	08	00	88
Anistiado	01	00	00	00	00	00	00	01
Total	09	18	97	15	26	14	01	180

(*) O servidor ou empregado não recebe nenhuma parcela remuneratória pelo MJ, apenas por força de legislação específica tem exercício fixado no âmbito da Pasta.

- Demandas Trabalhistas

No ano de 2009, não houve demanda trabalhista interposta por servidores lotados no GM.

- Outros

Não há.

- Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional:

Em 2007, a **Comissão de Anistia** realizou minucioso estudo e detectou a inadequada quantidade e qualidade dos quadros para o cumprimento da sua ação finalística, que é a julgadora. À época, eram cerca de 55 mil requerimentos com pedidos de anistia autuados, 18 Conselheiros, 58 funcionários, entre servidores, estagiários, contratados DEPEN, e prestadores. Em 2008, foi mantido o número de 4 servidores, mas ampliado o número de prestadores e estagiários. No ano de 2009 houve alteração no quadro, tanto pelo ingresso de 4 novos servidores, que passaram pelo processo seletivo simplificado – PSS realizado em 2008, quanto pela diminuição significativa na quantidade de prestadores, em cumprimento à determinação do Ministério do Planejamento.

Mesmo a Comissão de Anistia tendo se adiantado em um ano no cumprimento da meta de apreciação dos requerimentos com pedido de anistia, realizou tal tarefa com número reduzido de servidores, o que só foi possível através de análise de processos semelhantes, ou seja, grupos temáticos referentes a um mesmo fato político, como os grevistas, por exemplo. Há de se ressaltar que restam os cerca de 10 mil processos com histórico-fático diferentes, ou seja, sem possibilidade de estudo em grupo e que se encontram com prioridades legais, bem como os mais de 3.000 pedidos de revisão em plenário.

Outro ponto de grande preocupação é a falta de estrutura funcional adequada, o que dificulta para a própria administração pública um maior controle do trâmite processual e também da responsabilidade dos agentes. Portanto, é necessária a devida adequação, no sentido de ampliar o quadro de servidores públicos.

- Adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim:

- Desempenho funcional dos servidores e funcionários:

O desempenho funcional dos servidores e funcionários lotados na Comissão de Anistia é satisfatório. Mais que isso, é relevante, e foi um dos fatores que tornou possível o sucesso no cumprimento da meta de apreciação dos requerimentos com pedido de anistia política e também o cumprimento das metas físicas relativas à Ação 8946 – Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia. A necessidade de ampliação do quadro de servidores é de suma importância quando se tem como norte a responsabilidade que permeia a atividade julgadora da Comissão de Anistia.

- Necessidades de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado:

A necessidade que se aponta é de ampliação do quadro de recursos humanos da Comissão de Anistia. Hoje a Comissão trabalha com 7 servidores e ainda possui uma demanda de aproximadamente 10.000 requerimentos novos autuados, sem contar com os pedidos de revisão já existentes e os que têm a possibilidade de futura interposição de recursos. Todos deverão ser novamente apreciados, não mais em sessões de turma, mas em sessões plenárias.

Portanto, é necessária a ampliação no número de servidores, tendo em vista que a Comissão de Anistia trabalha com processos administrativos que tratam de indenizações do Estado brasileiro a ex-perseguidos políticos. Assim, por se tratar de recursos advindos do erário público, é fundamental que todas as fases destes processos sejam acompanhadas, supervisionadas, assinadas e coordenadas por servidores.

Nesse sentido, quanto maior o número de servidores, maior o cumprimento de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor, e, por conseguinte, maior cumprimento da legislação em vigor.

- Necessidades de renovação do Quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo:

Também a médio e longo prazo aponta-se para a necessidade de ampliação do quadro de servidores do Gabinete, especialmente em reposição ao número de terceirizados que estão sendo dispensados e ao aumento das atribuições do próprio GM.

Para além da ampliação já mencionada, não é necessária renovação do quadro próprio da Comissão de Anistia.

- Planos de capacitação do Quadro de recursos humanos:

Os servidores incorporados ao Gabinete, por meio de concurso público, passam por capacitação planejada pela CGRH como um todo, mas não há plano de capacitação específico para o GM.

A Comissão de Anistia, por força da Lei nº 10.559/2002, trabalha com um tema muito específico, que é a anistia política concedida a ex-perseguidos políticos no Brasil durante o período de 1946 e 1988. Por conta desta especificidade, faz-se necessária constante capacitação de seus quadros, sobretudo os que ingressaram recentemente. A capacitação, neste caso, torna-se benéfica à própria administração, que terá a seu serviço pessoas devidamente qualificadas para desenvolver as atribuições as quais os cargos prevêm.

- Efeitos dos Planos demissionais:

Não há.

- Impactos da terceirização na produtividade da UJ:

Considerando que foi possível apreciar os cerca de 55 mil requerimentos existentes, a terceirização, teve impacto positivo no cumprimento da meta de apreciação de requerimentos autuados na Comissão de Anistia. Porém, se observarmos o que se refere à responsabilidade destes prestadores sobre as tarefas executadas cotidianamente, o impacto é negativo pois mesmo que cada um deles tenha atuado de forma íntegra, executavam serviços de responsabilidade de servidor público e, quanto a estes, a Comissão permanece com um quadro bastante reduzido. Desta forma, é imprescindível o aumento do número de servidores destinados à Comissão de Anistia.

- Política remuneratória da UJ:

- Situação e evolução do passivo trabalhista vinculado à UJ:

Não ocorreu no período.

- Cumprimento do cronograma e medidas adotadas pelo órgão ministerial supervisor para substituição das terceirizações indevidas de atividades finalísticas da administração pública:

A Secretaria Executiva estabeleceu que até a data de 31/07/2010, o Ministério da Justiça terá efetuado todas as substituições de terceirizados, considerados impróprios, por servidores públicos concursados. Entendendo-se como terceirizados impróprios todos aqueles que desempenhem atividades em desacordo com as descritas como terceirizáveis pelo Decreto 2.271, de 07/07/1997, ou que desempenhem atividades pertinentes às atribuições de servidores públicos.

Assim sendo, até 31/07/2010, todos os prestadores de serviço em atividade no Ministério que estejam no desempenho de atividades não autorizadas serão desligados do serviço público. Em seu lugar serão lotados servidores aprovados em certames públicos de provas e títulos previamente autorizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, considerada a necessidade de composição de quadro de pessoal suficiente para atendimento de todas as Unidades que compõem o Ministério da Justiça.

As medidas já adotadas, visando dar cumprimento ao Acórdão 1520/2006 – Plenário - do Tribunal de Contas da União (TCU), foram: (i) informação às unidades do Ministério atendidas pelo atual contrato de recepção e apoio administrativo das exigências do TCU, Ministério Público do Trabalho e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto à necessidade de substituir terceirizados impróprios por servidores públicos concursados; (ii) identificação dos prestadores de

serviços que desempenhavam atividades não autorizadas, ou típicas de servidores públicos; (iii) contabilização de todos estes prestadores em cada Unidade do Ministério da Justiça atendida pelo atual contrato; (iv) elaboração de cronograma interno para desligamento dos prestadores considerados impróprios; (v) criação de uma comissão de servidores responsáveis pela elaboração de Edital, Termo de Referência e minuta de Contrato adequado às regras legais para abertura de novo certame licitatório com vistas à contratação de serviços terceirizáveis junto ao Ministério, em substituição ao já inadequado contrato de recepção e apoio administrativo utilizado atualmente.

A Comissão de Anistia integrou-se ao cronograma e medidas adotadas para a substituição das terceirizações indevidas e, por conta da perda de grande parte do seu funcionalismo, necessita de reposição do mesmo de forma integral, tendo em vista a importância e relevância da atividade fim exercida, que trata de indenizar ex-perseguidos políticos que ingressam com seus requerimentos com pedido de anistia política perante o órgão. São, portanto, processos administrativos que devem ser tratados com total responsabilidade, para o bem da administração pública.

5. Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009			não se aplica	
2008				
2007	132.306,52		132.306,52	
Restos a Pagar não Processado				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009			não se aplica	
2008		não ocorreu no período		
2007		não ocorreu no período		
Observações:				

I. Análise Crítica sobre a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios:

- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de 2009, decorrentes do pagamento de RP nesse exercício:

não ocorreu no período

- As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro:

não ocorreu no período

- A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2008 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto:

não ocorreu no período

- Os eventos negativos e/ou positivos que prejudicaram e/ou facilitaram a gestão de RP:

não ocorreu no período

- Outras questões relevantes:

não ocorreu no período

6. Transferências

As transferências feitas pela Comissão de Anistia ocorreram por meio de ordem de pagamento ao PNUD e, no Termo de Cooperação firmado com a UFMG, por meio de destaque à instituição. Não foram firmados convênios no exercício de 2009.

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Texto							
200001		Gabinete do Ministro							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
60	637473	03.736.617/0001-68	50.582.091,00	0,00	10.715.776,28	5.000.000,00	22/12/2008	21/12/2012	0

I. Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo:

- Medidas adotadas para sanear as transferências em situação de tipo 2 – inadimplentes:

Não ocorreu no período.

- Situação das transferências efetuadas no exercício frente o disposto no artigo 35, do decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do decreto 6.752/2009, com a redação dada pelo decreto 6.993/2009, ou legislação que o altere:

Não ocorreu no período.

- Outras questões relevantes:

Não ocorreu no período.

11. Deliberações dos Órgãos de Controle

a) Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

1. Número de relatório	207955
2. Descrição da Recomendação	<p>3.1. Foram constatadas impropriedades de natureza formal em alguns processos de concessão de diárias e passagens (fls. 30), as quais motivaram as ressalvas do controle interno, quais sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"> - solicitação de diárias e passagens sem observar antecedência mínima de 10 dias, e, sem constar do processo autorização da viagem em prazo inferior aos 10 dias, conforme Portaria MPOG nº 98/2003; - falta de alimentação tempestiva do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do MPOG – SCDP; - pagamento de diárias após o deslocamento do beneficiário; - inexistência de documento motivador do deslocamento externo; - descrição incompleta do período de deslocamento externo.
3. Setor responsável pela implementação	DEOF / Gabinete do Ministro
4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)	Procurou reduzir o número de solicitações de viagens que não cumprem o prazo de 10 dias, limitando-se àquelas consideradas urgentes e excepcionais, bem como cuidou pela alimentação tempestiva do SCDP, buscando cumprir prazos para pagamento de diárias.

b) Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Gabinete do Ministro de Estado da Justiça					317
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	013.210/2008/0	2499/2009	4.1.3	CI	Ofício nº 198/2009-TCU-SECEX-8
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Gabinete do Ministro					317
Descrição da Deliberação:					
<p>4.CONCLUSÃO</p> <p>4.1.3. Determinar ao Gabinete do Ministro da Justiça que cumpra as recomendações exaradas pela Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União para as impropriedades apontadas no Relatório de Auditoria de Gestão nº 207955, relativo ao processo de contas do exercício de 2007.</p>					

<i>Providências Adotadas</i>	
<i>Setor responsável pela implementação</i>	<i>Código SIORG</i>
Divisão de Execução Orçamentária e Financeira – DEOF/GM	86900
<i>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</i>	
Foram adotadas todas as providências para o cumprimento das recomendações.	
<i>Síntese dos resultados obtidos</i>	
Redução significativa no número de solicitações de viagens que não cumprem o prazo de 10 dias, limitando-se àquelas consideradas urgentes e excepcionais. Conseqüentemente, refletiu na a alimentação tempestiva do SCDP e no pagamento de diárias.	
<i>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</i>	
Está sendo cobrado, rotineiramente, o “documento motivador do deslocamento”, juntamente com a solicitação de viagem. Entretanto, ressalvas devem ser feitas para reuniões articuladas e contatos agendados por telefone, quase sempre pela Assessoria Especial do Ministro, Assessoria de Comunicação Social e Chefe de Gabinete, cujas reuniões não têm agenda, até mesmo pelo papel de articulador político que desempenha, e como Secretário Geral do PRONASCI. Outras vezes, na qualidade de Assessores do Ministro, os servidores intermediam conflitos e a proposição de encontros e reuniões entre as partes interessadas para solução dos casos se originam muitas vezes do Gabinete. Essas excepcionalidades vêm sendo detalhadas nas próprias solicitações no SCDP ou em memorandos apensos ao processo.	

12. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.

a) Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

<i>ATOS</i>	<i>QUANTIDADE</i>	<i>REGISTROS NO SISAC</i> <i>Quantidade</i>
<i>Admissão</i>	108	108
<i>Desligamento</i>	20	16
<i>Aposentadoria</i>	0	0
<i>Pensão</i>	0	0

No exercício de 2009, em virtude da contratação de contratados temporários sob a égide da Lei nº 8.475/1993 e suas alterações, mediante processo seletivo, foram gerados 128 atos, sendo 108 de admissão e 20 de desligamento.

Entretanto, todos esses atos, bem como os respectivos registros no Sistema de Apreciação de Atos e Concessões – SISAC, foram efetuados pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva deste Ministério. Cabe ressaltar que os 04 desligamentos ocorridos no final do ano de 2009 serão registrados no referido sistema no próximo exercício.

13. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de

Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Quando da assinatura e fechamento do Termo de Cooperação nº 01/2009 do Ministério da Justiça com a Universidade Federal de Minas Gerais, a informação obtida junto à Coordenação-Geral de Logística do MJ foi a de que o SICONV ainda não estava disponível para inserção do referido Termo no sistema.

14. Outras informações consideradas, pelos responsáveis, relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão.

Não ocorreu no período.

B - Informações Contábeis da Gestão

1. Declaração do contador responsável

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
GABINETE DO MINISTRO – MJ		200001	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	04 de março de 2010
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

